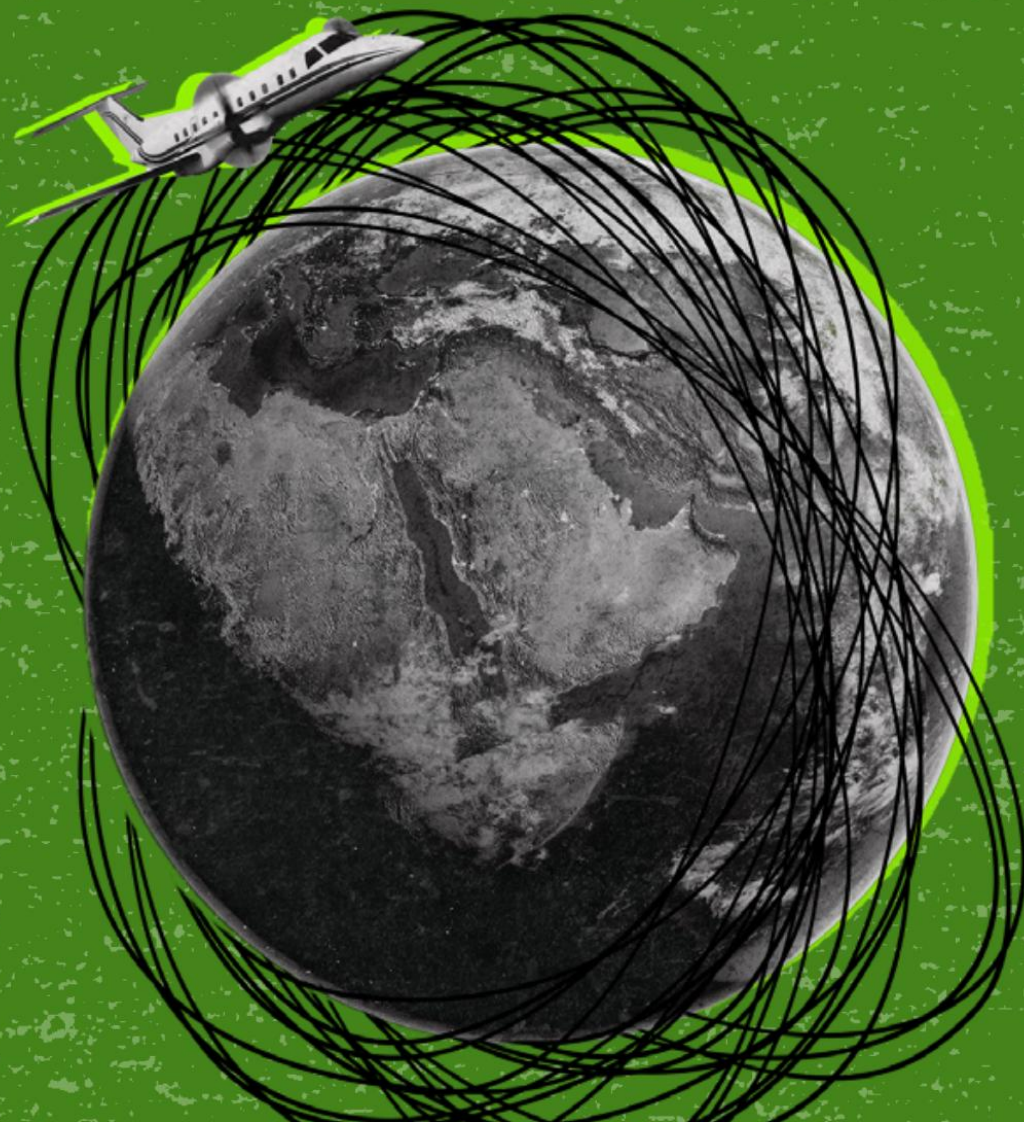




SAQUE CLIMÁTICO

Como um pequeno grupo de poderosos
está condenando o mundo ao desastre

www.oxfam.org



OXFAM

Nota Informativa – Outubro de 2025

© Oxfam International Outubro de 2025

Esta publicação foi escrita por Nafkote Dabi, Alex Maitland e Astrid Nilsson Lewis.

A Oxfam reconhece as contribuições de Adam Musgrave, Alejandra Isibasi, Alex Poizat, Amina Hersi, Anjela Taneja, Annie Theriault, Ashfaq Khalfan, Cass Hebron, Christian Hallum, Deepak Xavier, Dorothy Hove, Galia García Palafox, Grazielle Custódio, Hanna Nelson, Irit Tamir, Karelia Pallan, Leah Mugehera, Maite Gauto, Margaret Wanjiru, Max Lawson, Mira Alestig, Mwangala Matakala, Naira Wayand, Rune Stahl, Ruth Mhlanga, Sandar Hla, Sean McTernan, Susana Ruiz e Victoria Harnett na sua produção.

Gerente de encomendas: Sian Jones

Gerente de publicação: Emma Kuria

Edição: Emma Seery e Adam Houlbrook

A Oxfam agradece a Anisha Nazareth e Emily Ghosh (Instituto Ambiental de Estocolmo, SEI) pela pesquisa que contribuíram. Visite o [Painel de Desigualdade de Emissões](#) do Instituto Ambiental de Estocolmo para obter os dados mais recentes sobre emissões por grupo de renda para mais de 190 países.

Este documento faz parte de uma série de documentos escritos para informar o debate público sobre questões de desenvolvimento e política humanitária.

Para mais informações sobre as questões levantadas neste documento, envie um e-mail para advocacy@oxfaminternational.org

Esta publicação está protegida por direitos autorais, mas o texto pode ser utilizado gratuitamente para fins de defesa, campanha, educação e pesquisa, desde que a fonte seja citada na íntegra. O detentor dos direitos autorais solicita que todas as utilizações sejam registradas junto a ele para fins de avaliação de impacto. Para cópias em quaisquer outras circunstâncias, ou para reutilização em outras publicações, ou para tradução ou adaptação, é necessário obter permissão e poderá ser cobrada uma taxa.

Visite <https://policy-practice.oxfam.org/copyright-permissions>.

E-mail: policyandpractice@oxfam.org.uk

As informações contidas nesta publicação estão corretas no momento da impressão.

Publicado pela Oxfam GB para a Oxfam International sob o DOI 10.21201/2025.000091.

Oxfam GB, Oxfam House, 2600 John Smith Drive, Oxford, OX4 2JY, UK.

Traduzido da língua inglesa por Diana Tarré.

Imagem da capa desenhada por Julie Brunet.

Sumário

Síntese	4
Introdução.....	10
Secção 1. Desigualdade carbônica.....	12
1.1 Utilização desigual do orçamento de carbono.....	12
1.2 A desigualdade carbônica está provocando crise após crise	20
1.3 Por que razão é fundamental reduzir as emissões dos mais ricos?	22
Secção 2. Desigualdades de poder.....	24
2.1 Os ricos estão financiando o colapso climático	24
2.2 Os bancos estão financiando empresas altamente poluentes.....	27
2.3 A influência dos mais ricos.....	28
2.3.1 Lobbying a favor do colapso climático	28
2.3.2 Processar governos por adotarem medidas climáticas progressistas.....	31
2.3.3 Promoção de ideias perigosas e duvidosas sobre as alterações climáticas.....	32
2.3.4 Financiamento do ódio para promover os interesses dos combustíveis fósseis.....	33
2.4 Rumo a um poder climático com justiça social.....	33
Secção 3. Rumo a uma transformação igualitária e justa.....	36
Recomendação 1: Reduzir urgentemente as emissões dos mais ricos	36
Recomendação 2: Conter a influência económica e política dos mais ricos	38
Recomendação 3: Investir numa governação democrática liderada pelas pessoas.....	39
Recomendação 4: Adotar uma abordagem de quota justa para o orçamento climático remanescente.....	40
Recomendação 5: Construir um sistema económico que coloque as pessoas e o planeta em primeiro lugar.....	43
Notas	46
Sobre a Oxfam	<u>53</u>

Síntese

*"A COP30 será nossa última chance de evitar uma ruptura irreversível no sistema climático."*¹

Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil e da COP30

As provas de que estamos perante um colapso climático iminente e irreversível são agora incontestáveis: O ano de 2024 marcou a primeira vez em que as temperaturas médias globais ultrapassaram o limite de 1,5 °C estabelecido internacionalmente, assinalou o fim da década mais quente de que há registo² e registou um nível histórico máximo de emissões provenientes de combustíveis fósseis.³

O mundo está perigosamente próximo de ultrapassar o orçamento de carbono, a quantidade de CO₂ que pode ser libertada para a atmosfera sem provocar uma subida permanente das temperaturas globais acima de 1,5 °C. Se as emissões continuarem aos níveis atuais, restam-nos apenas dois anos antes de esgotarmos o orçamento global de carbono.⁴

Em termos simples, sem uma ação coletiva urgente e liderada pelos governos para enfrentar as emissões, estaremos em breve confrontados com impactos das alterações climáticas cada vez mais catastróficos e irreversíveis.

Os super-ricos estão esgotando o nosso orçamento climático

Está amplamente comprovado que os países ricos são responsáveis pelas emissões históricas de carbono que provocaram o aumento da temperatura global, mas os *indivíduos* mais ricos do mundo — independentemente do país onde vivam — também contribuíram de forma significativa para este legado perigoso. A análise da Oxfam sobre as emissões baseadas no consumo⁵ concluiu que, desde 1990, os 1% mais ricos da população mundial esgotaram 15% do nosso orçamento de carbono.⁶ As emissões per capita dos 0,1% mais ricos aumentaram 92 toneladas entre 1990 e 2023, em contraste com um aumento de apenas 0,1 tonelada para a metade mais pobre da humanidade.⁷ A percentagem das emissões atribuída aos 1% mais ricos aumentou 13% nesse período, enquanto a percentagem correspondente aos 50% mais pobres diminuiu 3%.⁸

Os números do saque climático

Desde o Acordo de Paris, em 2015, os 1% mais ricos da população mundial consumiram mais do dobro do orçamento de carbono remanescente do que a metade mais pobre da humanidade junta.⁹

Desde 1990, a percentagem das emissões dos 1% mais ricos aumentou 13% e a dos 0,1% mais ricos aumentou 32%, enquanto a percentagem

correspondente aos 50% mais pobres diminuiu 3%.¹⁰

Desde 1990, uma pessoa que faça parte dos 1% mais ricos consumiu mais de 100 vezes o orçamento de carbono de alguém entre os 50% mais pobres e 300 vezes mais do que uma pessoa entre os 10% mais pobres.¹¹

Uma pessoa pertencente aos 0,1% mais ricos do mundo emite mais de 800 quilos de CO₂ por dia. Nem a pessoa mais forte do mundo conseguiria levantar tanto peso. Em contraste, uma pessoa pertencente aos 50% mais pobres do mundo emite, em média, apenas 2 quilos de CO₂ por dia, um peso que até uma criança pequena conseguiria levantar.¹²

Se toda a gente emitisse como alguém dos 1% mais ricos, o orçamento de carbono esgotar-se-ia em menos de três meses.¹³

Para que o aquecimento global não ultrapasse o limite máximo de 1,5 °C, a Oxfam prevê que os 1% e os 0,1% mais ricos teriam de reduzir as suas emissões per capita em 97% e 99%, respetivamente, até 2030.¹⁴

As emissões resultantes dos investimentos dos 308 multimilionários totalizaram 586 milhões de toneladas de CO₂ e em 2024, mais do que as emissões conjuntas de 118 países; se formassem um país, ocupariam o 15.º lugar entre os mais poluentes do mundo, à frente da África do Sul.¹⁵

As emissões anuais médias per capita provenientes dos investimentos de um multimilionário ascendem a 1,9 milhões de toneladas de CO₂ e, o equivalente a 346 000 vezes mais do que as de uma pessoa comum. Estes multimilionários teriam de dar quase 10 000 voltas ao mundo nos seus jatos privados para emitir uma quantidade equivalente.¹⁶

Uma pessoa pertencente aos 0,1% mais ricos emite, num só dia, mais do que uma pessoa dos 50% mais pobres emite em todo um ano.¹⁷

As emissões dos super-ricos são, de forma evidente, insustentáveis. Se todos emitíssemos como os 1% mais ricos, o orçamento de carbono desapareceria em menos de três meses.¹⁸ Restabelecer o equilíbrio das emissões é essencial para ganhar mais tempo rumo a uma transição sustentável e as pessoas mais ricas têm de ser as que reduzem mais e mais depressa. Para manter o aquecimento global dentro do limite máximo de 1,5 °C, a Oxfam prevê que os 1% e os 0,1% mais ricos terão de reduzir as suas emissões per capita em 97% e 99%, respetivamente, até 2030.¹⁹

As emissões resultantes do consumo são apenas uma parte do problema. As pessoas mais ricas do mundo também dirigem, investem e lucram com as empresas que mais impulsionam as emissões de carbono. As emissões geradas pelos seus portfólios de investimento²⁰ (empresas nas quais detêm pelo menos 10% de participação) totalizaram 586 milhões de toneladas de CO₂ e em 2024 — mais do que as emissões conjuntas de 118 países. As emissões de cada portfólio de investimento foram calculadas através da atribuição das emissões de Âmbito 1 e 2 (as emissões diretas e indiretas de uma empresa; ver Caixa 4) de forma proporcional à dimensão do investimento de cada multimilionário. Isto está em conformidade com as normas recomendadas pelo setor e é utilizado por investidores e fundos de pensões.²¹

A Oxfam identificou igualmente as emissões de Âmbito 3 — que

abrangem toda a cadeia de valor — de 222 indivíduos, revelando que as suas emissões totais provenientes de investimentos em 2024 ascenderam a 1,85 mil milhões de toneladas. Este valor equivale a 4% das emissões globais e colocá-los-ia como o quinto país mais poluente do mundo.

É igualmente revelador que quase 60% dos investimentos dos multimilionários se concentrem em "setores de elevado impacto climático",²² como a mineração ou as empresas de petróleo e gás (em comparação com 49% no Índice Global S&P 1200). Uma avaliação independente dos seus planos de descarbonização revela que dois terços das empresas não estão alinhadas com a meta de 1,5 °C do Acordo de Paris e que um terço possui planos de descarbonização compatíveis com um cenário de aquecimento de 4 °C.²³ Os seus investimentos estão conduzindo o mundo para uma catástrofe climática.

O setor bancário é também um dos principais responsáveis pelo financiamento da crise climática: os 60 maiores bancos do mundo destinaram 7,9 biliões de dólares, ao longo de oito anos (de 2016 a 2023), à indústria dos combustíveis fósseis.²⁴ Ao contabilizar as emissões de Âmbito 3, que incluem o financiamento de combustíveis fósseis, as três empresas mais poluentes em França eram bancos: BNP Paribas, Crédit Agricole e Société Générale. A empresa de combustíveis fósseis Total ocupava o quarto lugar.²⁵

Os super-ricos distorcem as políticas e os termos do debate

As pessoas mais ricas do mundo e as empresas que dirigem exercem também um poder excessivo sobre a formulação de políticas e distorcem o contexto social e político mais amplo em função dos seus interesses.

Nos Estados Unidos, as empresas gastam, em média, 277 000 dólares por ano em ações de lobby contra o clima, sendo as empresas de petróleo e gás natural responsáveis pela grande maioria dessas atividades.²⁶ Na África do Sul, as associações industriais têm atuado para atenuar as sanções aplicadas aos emissores que ultrapassam o seu orçamento de carbono e para enfraquecer a Lei das Alterações Climáticas e a Lei do Imposto sobre o Carbono.²⁷

Estas dinâmicas enfraquecem igualmente as negociações internacionais sobre o clima. Por exemplo, 1773 lobistas das indústrias do carvão, petróleo e gás obtiveram acesso à 29.ª Conferência das Partes (COP29), um grupo maior do que todas as delegações nacionais, exceto três. E na COP28, dois terços dos participantes nomeados pelo Estado vulnerável ao clima de Palau eram representantes da Amazon, do HSBC e do grupo de lobby empresarial World Green Economy Organization.²⁸ Esta influência indevida contrasta fortemente com a participação das pessoas mais afetadas pelas alterações climáticas: apenas 180 dos

mais de 50 000 participantes na COP29 eram representantes do Fórum dos Povos Indígenas.²⁹

A utilização dos mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estados (ISDS) em numerosos tratados de investimento vai ainda mais longe. Trata-se de "tribunais corporativos" internacionais e sigilosos, aos quais muitos países são obrigados a aderir no âmbito de acordos comerciais e de investimento. Estes mecanismos oferecem às empresas meios legais para processar governos que adotem medidas progressistas, por exemplo, alegando que o investimento em energias verdes prejudica os seus lucros. Estas ações são, em geral, movidas contra países de baixo e médio rendimento, são amplamente utilizadas em litígios climáticos e os montantes das indemnizações têm vindo a aumentar.³⁰ Uma investigação revelou que, dos 120 mil milhões de dólares atribuídos em todas as indemnizações registadas no âmbito do ISDS, 84 mil milhões foram para empresas de combustíveis fósseis e mais 7,8 mil milhões para empresas mineiras.³¹ Além disso, o governo da Bolívia foi obrigado a pagar 18,7 milhões de dólares em indemnizações a uma empresa mineira por ter revogado licenças depois de esta ter poluído um espaço sagrado e ameaçado a comunidade indígena.³²

A influência corporativa exerce-se também através de estratégias de relações públicas amplamente financiadas. Por exemplo, o infame calculador de pegada de carbono da BP promoveu uma narrativa que transferia a responsabilidade climática para os indivíduos.³³ As empresas de combustíveis fósseis e os seus beneficiários gastam igualmente somas avultadas em desinformação climática.³⁴ Os irmãos Koch, que fizeram a sua fortuna com combustíveis fósseis, doaram mais de 120 milhões de dólares a organizações que atacam a ciência do clima.³⁵ Em 2024, a cadeia francesa CNews, atualmente propriedade do multimilionário de extrema-direita Vincent Bolloré, ligado ao setor dos combustíveis fósseis, foi multada em 80 000 euros por divulgar desinformação climática.³⁶

Talvez ainda mais preocupante seja a tendência de doadores ricos financiarem movimentos de extrema-direita e racistas³⁷, profundamente céticos em relação às alterações climáticas e contrários às medidas para as combater, com o objetivo de reforçar um ambiente político que impeça a ação climática, ao mesmo tempo que alimenta o ódio e a divisão.

Provocam crise após crise, enquanto as pessoas mais afetadas são sistematicamente excluídas

As emissões excessivas dos 1% mais ricos estão também a alimentar a fome e a agravar crises económicas e sociais mais amplas. Trinta anos das suas emissões provocaram perdas agrícolas suficientes para alimentar 14,5 milhões de pessoas todos os anos.³⁸ Só as emissões dos

1% mais ricos em 2019 causarão 1,3 milhões de mortes relacionadas com o calor ao longo do próximo século, sendo as mulheres e as pessoas idosas as mais vulneráveis.³⁹ Estima-se ainda que as emissões deste mesmo grupo causem, até 2050, prejuízos económicos de 44 biliões de dólares nos países de baixo e médio-baixo rendimento.⁴⁰

As pessoas que menos contribuíram para as alterações climáticas — as mais pobres, as mulheres, as comunidades racializadas e os povos indígenas — são as primeiras e as mais gravemente afetadas pelos seus impactos. Contudo, são também as que têm menos poder para influenciar as respostas políticas às crises interligadas do clima e da desigualdade. Estas pessoas estão na linha da frente e desempenham um papel essencial na proteção dos ecossistemas, no reforço da resiliência e na concretização de respostas comunitárias de baixo carbono à crise climática. Sem a participação efetiva e significativa da sociedade civil e dos grupos afetados, e sem políticas que reforcem as suas vozes e o seu espaço de influência, não poderá haver uma transição justa.

Mas uma transformação equitativa e justa ainda é possível

As evidências são claras: é urgente agir para evitar um colapso climático total e as desigualdades extremas de poder e de riqueza que hoje existem estão comprometendo o progresso. A própria existência de uma riqueza extrema está a amplificar as emissões, e as mesmas ideologias e dinâmicas de poder que alimentam a desigualdade permitem às empresas e aos seus proprietários ricos escapar à regulamentação e manter o mundo dependente dos combustíveis fósseis. Os governos de todo o mundo devem romper este ciclo vicioso.

Os governos são instados a:

1. **Reduzir as emissões dos super-ricos para enfrentar as crises climática e de desigualdade.** Isto inclui:

- Aumentar os impostos sobre as pessoas mais ricas do mundo, através da introdução de impostos progressivos permanentes sobre o rendimento e o património.
- Implementar impostos permanentes sobre os lucros excessivos das grandes empresas, fixando uma taxa de 50% sobre os rendimentos que excedam 10% do total dos ativos.
- Aumentar os impostos sobre, ou proibir totalmente, produtos e atividades de luxo com elevado impacto de carbono, como jatos privados e superiates.

2. **Conter a influência económica e política dos super-ricos.** Isto inclui:

- Restringir ou proibir as doações corporativas e o lobby das empresas de combustíveis fósseis, bem como impedir a sua participação nas negociações climáticas.
- Limitar o controlo dos meios de comunicação por parte de

grandes poluidores, incluindo a proibição ou regulamentação rigorosa da publicidade enganosa de “greenwashing”.

- Rejeitar os mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estados (ISDS), excluindo tais cláusulas de todos os futuros tratados.

3. Investir numa governação democrática centrada nas pessoas. Isto inclui:

- Garantir à sociedade civil um lugar à mesa nos processos de planeamento e tomada de decisão sobre o clima, em todos os níveis.
- Reforçar o poder e a voz da sociedade civil, protegendo e mantendo ativamente o espaço cívico.
- Adotar políticas que abordem os impactos desproporcionais das alterações climáticas sobre mulheres, raparigas, pessoas não binárias e comunidades racializadas.

4. Adotar uma abordagem de partilha equitativa do orçamento climático remanescente. Isto inclui:

- Assumir, na COP30, contribuições determinadas a nível nacional (NDCs) que reflitam as emissões históricas, a capacidade de atuação e a equidade dentro de cada país.
- Comprometer-se a utilizar o orçamento de carbono remanescente para combater a pobreza, a desigualdade e a crise climática.
- Garantir que os países ricos disponibilizem igualmente financiamento climático ambicioso, bem como tecnologias e patentes que promovam condições de maior equidade.

5. Construir um sistema económico que coloque as pessoas e o planeta em primeiro lugar. Isto inclui:

- Rejeitar a economia neoliberal dominante e adotar um papel proativo do Estado na orientação da economia rumo à sustentabilidade e à equidade.
- Definir metas ambiciosas para uma redução significativa e sustentada da disparidade entre as pessoas mais ricas e o restante da população mundial.
- Reequilibrar instituições globais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC), de modo a garantir que os países do Sul Global disponham da autonomia de que necessitam.

Introdução

Em 2024, a humanidade atingiu um marco sombrio: foi o primeiro ano em que a temperatura média global ultrapassou 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais. Por outras palavras, foi a primeira vez que se ultrapassou o limiar necessário para evitar os piores impactos do aquecimento global nas pessoas e no planeta. E as evidências de que o mundo está à beira de ultrapassar a meta de longo prazo dos 1,5 °C são alarmantes.

Os últimos dez anos foram os dez mais quentes de que há registo,⁴¹ e, em 2024, dois terços da superfície terrestre registaram temperaturas recorde.⁴² Nesse mesmo ano, as emissões de combustíveis fósseis atingiram o seu nível mais elevado de sempre,⁴³ sem qualquer indício de que tenham atingido o seu pico.

De acordo com as estimativas mais recentes, para que a humanidade tenha sequer 50% de probabilidade de limitar o aquecimento global a 1,5 °C, só poderá emitir mais 130 gigatoneladas (Gt) de CO₂.⁴⁴ Ao ritmo atual de emissões, isso dá-nos apenas dois anos antes de esgotarmos totalmente o orçamento de carbono.⁴⁵ Para uma probabilidade de 50% de limitar o aquecimento global a 2 °C, o orçamento de carbono restante no início de 2025 era de 1050 Gt de CO₂. A diferença entre um aquecimento de 1,5 °C e de 2 °C é colossal. Os impactos sobre as espécies vegetais, os insetos, as vagas de calor extremo e o acesso à água potável são duas a três vezes mais graves a 2 °C do que a 1,5 °C, com consequências devastadoras em termos de pobreza e mortalidade.⁴⁶ E, com um aquecimento de 2 °C, 37% da população mundial ficará exposta a calor extremo uma vez a cada um a cinco anos.⁴⁷

Dez anos após o Acordo de Paris, o Presidente do Brasil descreveu a Conferência das Partes deste ano, a COP30, que o país irá presidir, como a nossa última oportunidade para evitar uma rutura irreversível no sistema climático.⁴⁸

Este relatório apresenta as evidências mais recentes de que os mais ricos da sociedade têm uma enorme responsabilidade na rápida diminuição do nosso orçamento de carbono e na aceleração do aquecimento global. Defende a necessidade de uma resposta coletiva à crise climática, liderada pelos governos, uma resposta que faça face às desigualdades económicas e de poder que estão fazendo disparar as emissões e a colocar o futuro da vida na Terra em perigo real e iminente.

A Secção 1 apresenta a nova análise da Oxfam sobre o papel que os indivíduos mais ricos desempenham na intensificação da crise climática. Os dados mais recentes disponíveis, de 2023, mostram que, ao longo das últimas três décadas, uma pessoa pertencente aos 1% mais ricos emitiu 100 vezes mais do que alguém pertencente aos 50% mais pobres e 300 vezes mais do que alguém entre os 10% mais pobres.⁴⁹ A investigação da Oxfam deixa claro que o colapso climático

total não pode ser evitado a menos que os governos façam face às emissões excessivas dos super-ricos.

A Secção 2 mostra como os super-ricos utilizam o seu poder económico e político para manter o mundo dependente dos combustíveis fósseis e impedir reformas progressistas. Enquanto isso, a maioria das pessoas é excluída dos debates políticos — sobretudo as mais pobres, as mulheres, as pessoas não binárias, as comunidades racializadas e os povos indígenas, todos eles tendencialmente os mais afetados pelas alterações climáticas. Qualquer esperança de uma transição justa depende de uma ação decisiva para alterar estas dinâmicas de poder e construir uma governação mais democrática.

A Secção 3 apresenta recomendações de políticas públicas, detalhando as medidas ousadas e decisivas necessárias para uma transformação justa das sociedades e do planeta.

O objetivo de manter o aquecimento global abaixo do limite de 1,5 °C acordado em Paris não está morto, mas encontra-se em estado crítico. A COP30 deve ser o momento em que os governos atuam para garantir que as pessoas e os países mais ricos do mundo implementem mudanças drásticas e urgentes para reduzir as emissões, em conformidade com o Acordo de Paris e com a sua responsabilidade na origem da crise climática. Este deve ser também o ano em que os mais pobres, as mulheres, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e outros grupos marginalizados conquistam um lugar à mesa das decisões, bem como o ano em que pessoas de todo o mundo se erguem em conjunto para exigir mudança.

Secção 1. Desigualdade carbónica

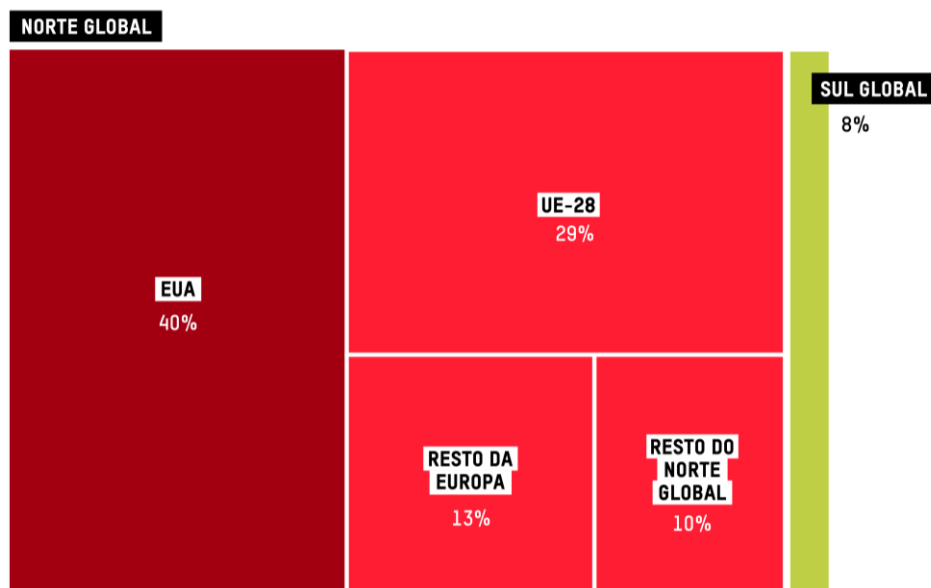
*The rich cause the problem, the poor pay the highest price.*⁵⁰

Secretário-Geral da ONU, António Guterres, no seu discurso aos líderes mundiais na COP29

1.1 Utilização desigual do orçamento de carbono

A grande desigualdade nas emissões entre países está bem documentada: um pequeno número de nações ricas do Norte Global é responsável pela vasta maioria das emissões históricas de gases com efeito de estufa. Um estudo realizado em 2020 por Jason Hickel concluiu que os países do Sul Global, a maioria dos quais são países de baixo e médio rendimento, são responsáveis por apenas 8% do colapso climático (ver Figura 1). O estudo, ao contrário das medições convencionais, utiliza uma abordagem baseada na quota-parte justa de cada país num nível seguro de emissões globais e nas emissões de consumo, em vez das emissões territoriais, fornecendo assim uma estimativa muito mais equitativa.

Figura 1. Responsabilidade pela crise climática.



Fonte: Hickel (2020).⁵¹

Notas: Gráfico que mostra a percentagem de responsabilidade pelo colapso climático, com os Estados Unidos responsáveis por 40%, a UE-28 por 29%, o resto da Europa por 13% e o restante Norte Global por 10%, enquanto o Sul Global é responsável por apenas 8%.

A desigualdade das emissões entre indivíduos, em função do rendimento, tem sido menos estudada, mas os dados disponíveis contam uma história muito clara. Não são apenas os países ricos que têm responsabilidade na redução do nosso orçamento de carbono e nos perigosos níveis atuais de aquecimento global, mas também as pessoas mais ricas do mundo. A maioria dos super-ricos vive no Norte Global – 86% dos 0,1% mais ricos vivem nessa região – e produzem 6% de todas as emissões globais.⁵² No entanto, as pessoas ultrarricas em países mais pobres também são responsáveis. Por exemplo, alguém pertencente aos 0,1% mais ricos no Nepal, um país com uma participação histórica muito reduzida nas emissões, emite oito vezes mais do que alguém entre os 50% mais pobres no Reino Unido.⁵³ Fazer face ao impacto desproporcional dos indivíduos mais ricos do mundo – independentemente de onde vivam – deve estar no centro das medidas para travar a crise climática.

Com base nos dados fornecidos pelo Instituto do Ambiente de Estocolmo (SEI), que abrangem até 2023, a Oxfam analisou de que forma as emissões associadas ao consumo (incluindo as emissões importadas) se distribuem entre os diferentes grupos de rendimento e quanto do orçamento de carbono histórico pode ser atribuído a cada um desses grupos.⁵⁴ Como demonstra o famoso gráfico em forma de taça de champanhe da Oxfam (Figura 2), a desigualdade carbônica global permanece tão acentuada como quando a organização publicou pela primeira vez os seus dados sobre desigualdade de carbono, há dez anos. As Tabelas 1 e 2 apresentam os principais dados resumidos.

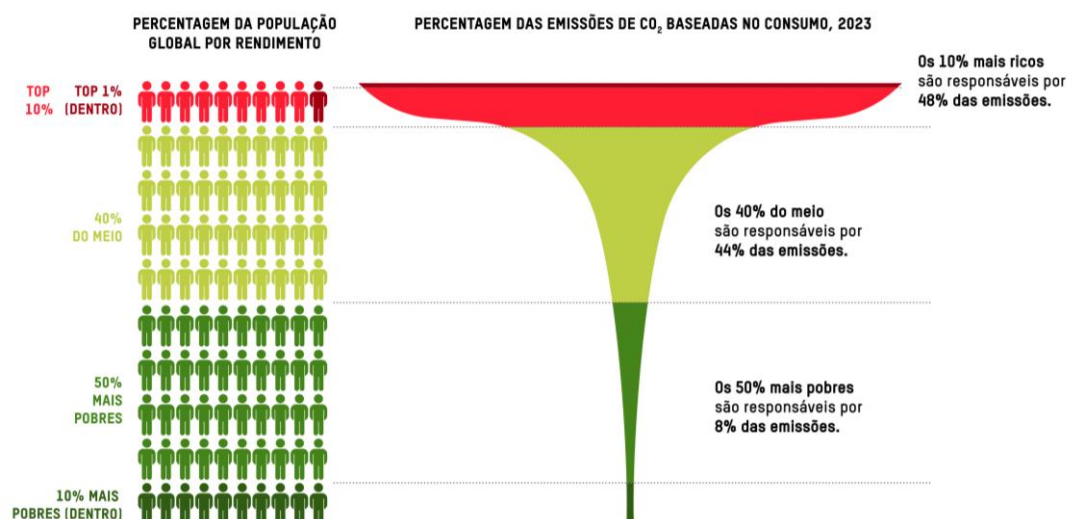
Caixa 1. Os números do saque climático

- Desde o Acordo de Paris, em 2015, os 1% mais ricos da população mundial consumiram mais do dobro do orçamento de carbono remanescente do que a metade mais pobre da humanidade reunida.⁵⁵
- Desde 1990, a percentagem das emissões dos 1% mais ricos aumentou 13% e a dos 0,1% mais ricos aumentou 32%, enquanto a percentagem correspondente aos 50% mais pobres diminuiu 3%.⁵⁶
- Desde 1990, uma pessoa que faça parte dos 1% mais ricos consumiu mais de 100 vezes o orçamento de carbono de alguém entre os 50% mais pobres e 300 vezes mais do que uma pessoa entre os 10% mais pobres.⁵⁷
- Uma pessoa pertencente aos 0,1% mais ricos do mundo emite mais de 800 kg de CO₂ por dia. Nem a pessoa mais forte do mundo conseguiria levantar tanto peso. Em contraste, uma pessoa pertencente aos 50% mais pobres do mundo emite, em média, apenas 2 kg de CO₂ por dia, um peso que até uma criança pequena conseguiria levantar.⁵⁸
- Se toda a gente emitisse como alguém dos 1% mais ricos, o orçamento de carbono esgotar-se-ia em menos de três meses.⁵⁹
- Para que o aquecimento global não ultrapasse o limite máximo de 1,5 °C, a Oxfam prevê que os 1% e os 0,1% mais ricos teriam de reduzir as suas emissões per capita em 97% e 99%, respetivamente, até 2030.⁶⁰
- As emissões resultantes dos investimentos dos 308 multimilionários totalizaram 586 milhões de toneladas de CO₂ em 2024, mais do que as emissões conjuntas de 118 países; se formassem um país, ocupariam o 15.º lugar entre os mais poluentes do mundo, à frente da África do

Sul.61

- As emissões anuais médias per capita provenientes dos investimentos de um multimilionário ascendem a 1,9 milhões de toneladas de CO₂e, o equivalente a 346 000 vezes mais do que as de uma pessoa comum. Estes multimilionários teriam de dar quase 10 000 voltas ao mundo nos seus jatos privados para emitir uma quantidade equivalente.⁶²
- Uma pessoa pertencente aos 0,1% mais ricos emite, num só dia, mais do que uma pessoa dos 50% mais pobres emite em todo um ano.⁶³

Figura 2. Grupos de rendimento globais e respetivas emissões associadas ao consumo em 2023.



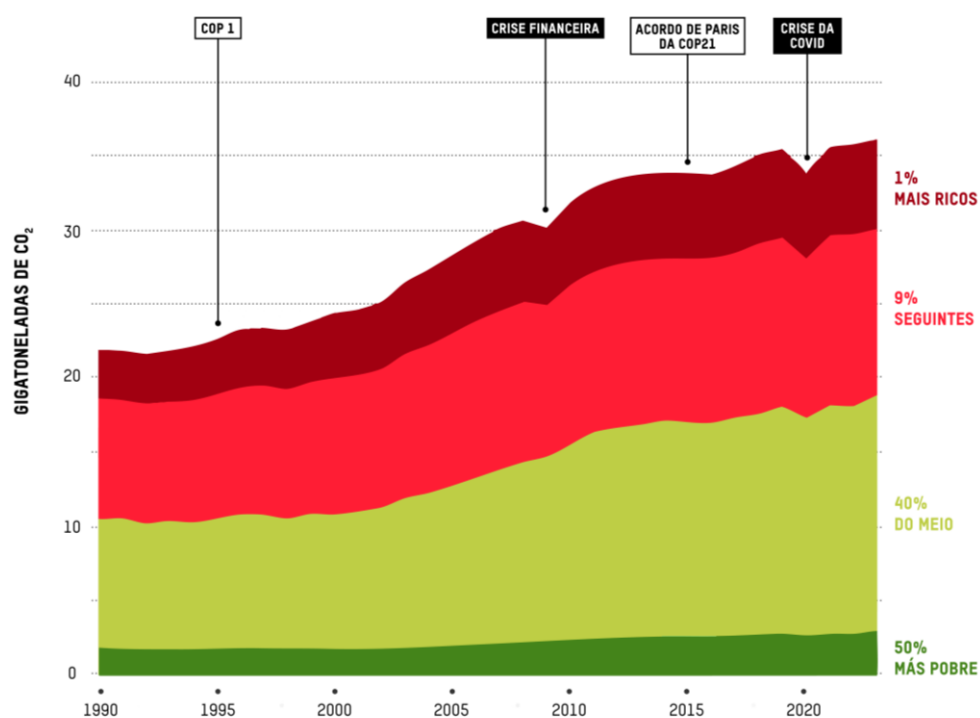
Fonte: Análise da Oxfam dos dados do Instituto Ambiental de Estocolmo. Consultar a nota metodológica.

Nota: Gráfico em forma de taça de champanhe que ilustra o aumento da proporção de emissões dos grupos de rendimento mais elevados. Os 50% mais pobres foram responsáveis por 8% das emissões globais associadas ao consumo em 2023, enquanto os 10% mais ricos emitiram 48% do total.

Em 1990, o primeiro relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC) alertou para os perigos do aquecimento global e estimou que poderiam ser emitidas, com segurança, 1149 gigatoneladas (Gt) de CO₂, garantindo uma probabilidade de 50% de manter o aquecimento global abaixo do limiar de 1,5 °C. Nos últimos 24 anos, as emissões continuaram a aumentar (Figura 3) e 89% desse orçamento de carbono restante já foi consumido.⁶⁴ E, desde o Acordo de Paris em 2015, os 1% mais ricos da população mundial utilizaram mais do que o dobro do orçamento de carbono restante do que a metade mais pobre da humanidade, em conjunto.⁶⁵



Figura 3. Emissões totais por grupo de rendimento, 1990 a 2023.



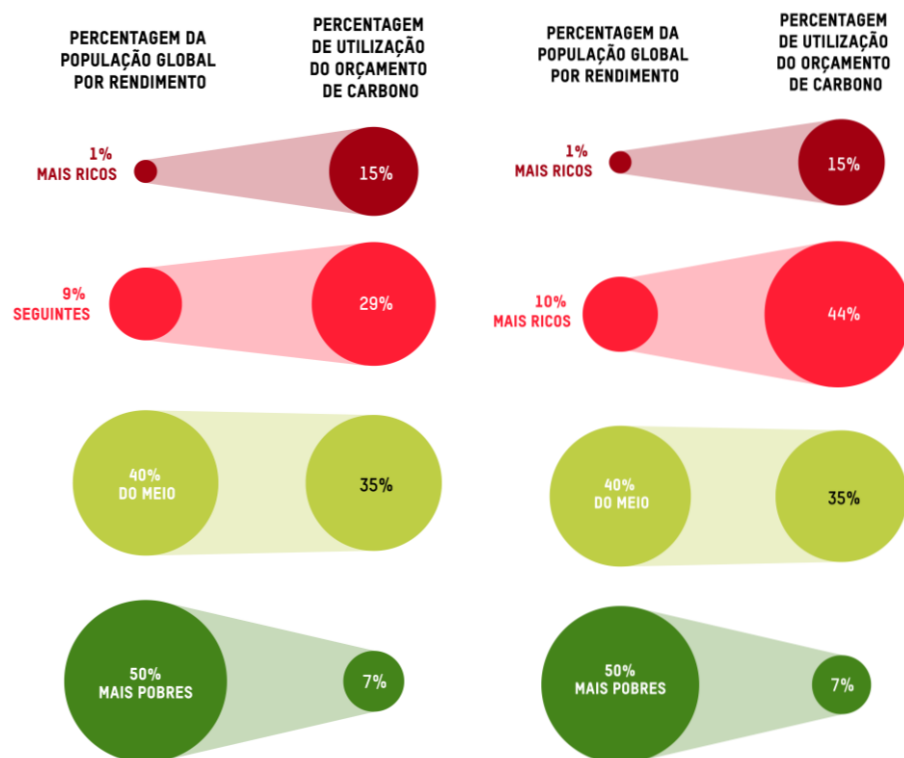
Fonte: Análise da Oxfam dos dados do Instituto Ambiental de Estocolmo. Consultar a nota metodológica.

Nota: Gráfico de áreas que mostra as emissões globais associadas ao consumo por grupo de rendimento entre 1990 e 2023. As emissões dos 50% mais pobres praticamente não se alteraram, enquanto as dos 1% mais ricos e dos 9% seguintes aumentaram significativamente.

Os 1% mais ricos, no seu conjunto, são responsáveis por consumir 15% desse orçamento de carbono (Figura 4).⁶⁶ Uma pessoa pertencente aos 1% mais ricos consumiu, desde 1990, mais de 100 vezes a parcela do orçamento de carbono de alguém entre os 50% mais pobres e 300 vezes

mais do que alguém entre os 10% mais pobres.⁶⁷

Figura 4. Comparação da proporção da população, da utilização do orçamento de carbono (1990–2023), por grupo de rendimento.



Fonte: Análise da Oxfam dos dados do Instituto Ambiental de Estocolmo. Consultar a nota metodológica.

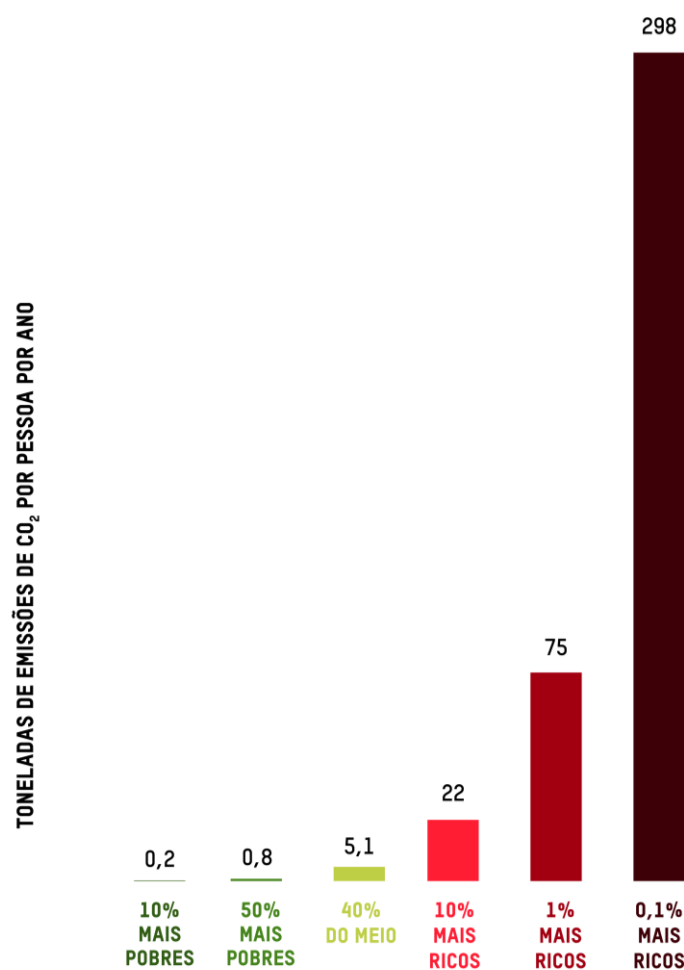
Nota: Gráfico que apresenta simultaneamente a proporção da população e a utilização do orçamento de carbono, revelando que, em proporção à sua dimensão populacional, os grupos de rendimento mais elevados consumiram uma parte muito superior do orçamento de carbono do que os grupos mais pobres.

As emissões per capita dos mais ricos são astronómicas (Figura 5). Para os 0,1% mais ricos da população, as emissões aumentaram 92 toneladas entre 1990 e 2023, em comparação com um aumento de apenas 0,1 tonelada para a metade mais pobre da humanidade.⁶⁸

Os 0,1% mais ricos, aqueles que mais facilmente poderiam reduzir as suas emissões, são também os que mais as têm aumentado. Entre 1990 e 2023, as suas emissões cresceram 3 toneladas por pessoa por ano, enquanto as emissões dos 50% mais pobres aumentaram apenas 3 kg por pessoa por ano.⁶⁹ A participação dos 1% mais ricos nas emissões globais aumentou 13% nesse período, enquanto a dos 50% mais pobres diminuiu 3%.⁷⁰

Em alguns dos países mais ricos, as emissões das pessoas mais pobres foram as que mais diminuíram ou as que menos aumentaram, enquanto as dos mais ricos foram as que mais cresceram. No Reino Unido, nos Estados Unidos e no Canadá, as emissões dos 0,1% mais ricos aumentaram, respetivamente, 53%, 30% e 44% entre 1990 e 2023; já as emissões dos 90% mais pobres diminuíram 26% no Reino Unido e aumentaram 10% e 3% nos Estados Unidos e no Canadá, respetivamente.⁷¹

Figura 5. Emissões per capita, 2023.



Fonte: Análise da Oxfam dos dados do Instituto Ambiental de Estocolmo. Consultar a nota metodológica.

Nota: Gráfico de barras que apresenta as emissões anuais per capita por grupo de rendimento: os 50% mais pobres emitem 0,8 toneladas de CO₂ por pessoa por ano, enquanto os 0,1% mais ricos emitem 298 toneladas de CO₂ por pessoa por ano.

Caixa 2: O peso desigual das emissões de carbono

Uma pessoa pertencente aos 0,1% mais ricos do mundo emite mais de 800 kg de CO₂ por dia. Nem a pessoa mais forte do mundo conseguiria levantar tanto peso. Em contraste, uma pessoa pertencente aos 50% mais pobres do mundo emite, em média, apenas 2 kg de CO₂ por dia, um peso que até uma criança pequena conseguiria levantar.⁷²

Estas conclusões demonstram que as pessoas mais ricas do mundo têm uma enorme responsabilidade no aquecimento global e reforçam a necessidade de que as políticas destinadas a combater a crise climática tenham em conta as responsabilidades dessas mesmas pessoas (ver Secção 3). Os super-ricos devem suportar a maior parte dos custos de manter o aquecimento global dentro do limite de 1,5 °C.



A análise da situação atual sublinha ainda mais que as emissões excessivas dos ultrarricos são incompatíveis com um futuro sustentável para as pessoas e para o planeta. A partir de 2025, restam-nos 130 Gt de CO₂ no orçamento de carbono antes de atingirmos o limiar dos 1,5 °C. Aos níveis atuais de emissões, esse orçamento esgotar-se-á em dois anos. Mas, se todos emitíssemos como os super-ricos, o prazo seria muito mais curto.

- Se todos emitissem como uma pessoa pertencente aos 1% mais ricos (ao ritmo atual das suas emissões), o orçamento de carbono esgotar-se-ia em menos de três meses.⁷³
- Se todos emitissem como uma pessoa pertencente aos 10% mais ricos (ao ritmo atual das suas emissões), o orçamento de carbono esgotar-se-ia em nove meses.⁷⁴

As pessoas mais ricas devem reduzir drasticamente as suas emissões para que as mais pobres possam satisfazer as suas necessidades essenciais. Esta é uma condição fundamental para erradicar a pobreza.



Tabela 1. Emissões totais por grupo de rendimento, 2023.

	População	Emissões por grupo de rendimento em Gt CO ₂	Percentagem de emissões em %	Emissões anuais por pessoa em toneladas de CO ₂ /capita
0,1% mais ricos	7 900 000	2,4	6,5	298
1% mais ricos	79 000 000	6	17	75
10% mais ricos	790 000 000	17	48	22
40% do meio	3 100 000 000	16	44	5,1
50% mais pobres	3 900 000 000	3	8	0,8
10% mais pobres	790 000 000	0,2	0,4	0,2

Fonte: Análise da Oxfam dos dados do Instituto Ambiental de Estocolmo. Consultar a nota metodológica.

Tabela 2. Emissões globais por grupo de rendimento, 1990 a 2023.

	Emissões cumulativas (1990–2023) em Gt CO ₂	Percentagem de emissões (1990–2023) em %	Mudança relativa na percentagem de emissões entre 1990 e 2023	Mudança relativa nas emissões per capita entre 1990 e 2023
0,1% mais ricos	59	6	Aumento de 32%	Aumento de 45%
1% mais ricos	167	17	Aumento de 13%	Aumento de 21%
10% mais ricos	506	52	Redução de 8%	Redução de 1%
40% do meio	400	41	Aumento de 11%	Aumento de 22%

	Emissões cumulativas (1990–2023) em Gt CO ₂	Percentagem de emissões (1990–2023) em %	Mudança relativa na percentagem de emissões entre 1990 e 2023	Mudança relativa nas emissões per capita entre 1990 e 2023
50% mais pobres	76	8	Redução de 3%	Aumento de 6%
10% mais pobres	5,5	0,6	Redução de 23%	Redução de 16%

Fonte: Análise da Oxfam dos dados do Instituto Ambiental de Estocolmo. Consultar a nota metodológica.

É urgentemente necessário um caminho mais ambicioso para reduzir as emissões e a desigualdade. Os cálculos da Oxfam mostram que, para manter o aquecimento global dentro do limite máximo de 1,5 °C, os 1% e os 0,1% mais ricos teriam de reduzir as suas emissões anuais per capita em 97% e 99%, respetivamente, até 2030.⁷⁵

Em vez de permitir que os super-ricos continuem a esgotar o orçamento de carbono do resto do mundo, os governos devem concentrar-se em dois objetivos complementares: reduzir a desigualdade através da tributação, dos serviços públicos e de outras medidas e descarbonizar a economia global.

1.2 A desigualdade carbônica está a provocar crise após crise

A desigualdade carbônica e as emissões excessivas dos super-ricos, bem como os impactos mais amplos das alterações climáticas, têm consequências económicas e sociais catastróficas e comprometem os progressos na redução da desigualdade e da pobreza. Estão provocando:

Uma crise de fome. Três décadas de emissões provenientes dos 1% mais ricos causaram perdas agrícolas que poderiam ter alimentado 14,5 milhões de pessoas todos os anos.⁷⁶ Este impacto afeta desproporcionadamente as mulheres e as raparigas, que representam 60% dos 24 milhões de pessoas adicionais que sofreram de fome aguda em 2024, em comparação com 2023.⁷⁷

Uma crise económica. Entre 1990 e 2050, as emissões dos 1% mais ricos causarão danos económicos no valor de 44 biliões de dólares norte-americanos aos países de baixo e médio-baixo rendimento.⁷⁸ Mais uma vez, são as mulheres que ficam em maior risco, pois têm maior probabilidade de ser afetadas quando os serviços públicos são reduzidos ou restringidos.

Uma crise de saúde. As emissões dos 1% mais ricos apenas em 2019 causarão 1,3 milhões de mortes relacionadas com o calor ao longo do próximo século, sendo as mulheres e os idosos as que correm maior

risco de sofrer stress térmico.⁷⁹ A Organização Mundial da Saúde estima igualmente que os impactos das alterações climáticas na saúde terão um custo anual entre 2 e 4 mil milhões de dólares norte-americanos até 2030.⁸⁰

Uma crise educacional. Pelo menos um em cada sete estudantes em todo o mundo viu a sua escolaridade interrompida devido a fenómenos climáticos em 2024, sendo 74% desses estudantes provenientes de países de baixo e médio-baixo rendimento.⁸¹

Uma crise de género e igualdade. As mulheres, as pessoas não binárias, as comunidades racializadas e os povos indígenas são desproporcionadamente afetados pela crise climática. Por exemplo, um estudo sobre as mortes relacionadas com o calor no Brasil identificou taxas de mortalidade mais elevadas entre mulheres de origens diversas, pessoas com baixos níveis de escolaridade e pessoas negras, indígenas e outras pessoas racializadas (BIPOC).⁸² Estas populações suportam igualmente o peso dos impactos indiretos das alterações climáticas, como o aumento da carga de trabalho em funções de cuidado e uma maior vulnerabilidade à violência baseada no género.

Uma crise de direitos humanos. A crise climática ameaça o gozo efetivo de uma série de direitos humanos, incluindo os direitos à vida, à água e ao saneamento, à alimentação, à saúde, à habitação, à autodeterminação, à cultura e ao desenvolvimento.

As populações do Sul Global, em particular as mulheres, as pessoas não binárias, os povos indígenas e as comunidades racializadas que vivem em situação de pobreza, são as primeiras e as mais gravemente atingidas pelos impactos da crise climática. No entanto, são excluídas dos processos de tomada de decisão sobre o clima. Entretanto, os mais ricos conseguem proteger-se dos piores impactos e exercem um poder e uma influência desproporcionados, distorcendo as políticas públicas em seu benefício, como será analisado mais detalhadamente na Secção 2.

Caixa 3. Forçada a entrar no olho do furacão – a história de Abigail Andrade

Os multimilionários e ultrarricos costumam ancorar os seus iates de luxo ao largo da costa de Acapulco, no México. Na noite de 22 de outubro de 2023, esses iates encontravam-se no caminho do furacão Otis, de categoria 5.

Abigail Andrade, de 29 anos, empregada de limpeza e hospedeira, foi obrigada, juntamente com outros membros da tripulação, a permanecer a bordo do superiate *Litos* perante a aproximação da tempestade. Enquanto os hóspedes e proprietários abastados procuravam abrigo em terra, Abigail e os restantes tripulantes receberam ordens para proteger o navio, à medida que o furacão se aproximava rapidamente.⁸³

Na sua última mensagem à irmã, escreveu: “Não quero ser arrastada até ao fundo do mar. As ondas têm dois metros. O vento está terrível.”

Nessa noite, o navio afundou-se e todos os membros da tripulação morreram. O corpo de Abigail nunca foi encontrado. As seguradoras demoraram dois meses a chegar ao local, mas decidiram que não seria

rentável recuperar os destroços nem os corpos da tripulação. Sem o corpo, Abigail é legalmente considerada desaparecida, e a sua família, incluindo os seus dois filhos, tem lutado para obter o apoio do governo federal. A família de Abigail não recebeu qualquer indemnização nem um pedido de desculpas por parte do proprietário do iate, o ultrarrico Carlos Smeke.

As alterações climáticas estão tornando os furacões mais potentes e mais frequentes,⁸⁴ além de acelerarem a sua intensificação.⁸⁵ O furacão Otis passou de categoria 1 para categoria 5 em poucas horas, deixando à população menos tempo do que nunca para se preparar para os seus efeitos devastadores.

Os superiates emitem centenas de milhares de toneladas de CO₂ por ano,⁸⁶ contribuindo diretamente para o agravamento descontrolado da crise climática e, consequentemente, para furacões e outros fenómenos meteorológicos extremos mais intensos e devastadores.

1.3 Por que razão é fundamental reduzir as emissões dos mais ricos?

As evidências são claras: resta muito pouco carbono que possa ser consumido sem que as temperaturas ultrapassem o limiar de 1,5 °C e muito pouco tempo para mudar de rumo. Ao mesmo tempo, as pessoas mais ricas do mundo são responsáveis pela maioria das emissões históricas, atuais e projetadas para o futuro, enquanto as mais pobres e marginalizadas são as mais gravemente afetadas pelos impactos das alterações climáticas.

Para além da sua contribuição desproporcionada para as mudanças climáticas, existem outras razões sólidas pelas quais as políticas governamentais devem concentrar-se em reduzir drasticamente as emissões das pessoas mais ricas do mundo.

Para a maioria das pessoas, as principais fontes das suas emissões são determinadas pelas infraestruturas energéticas, de transporte e agrícolas, moldadas pelas políticas governamentais e pelas empresas. Operar fora dessas infraestruturas é, na maioria dos casos, proibitivamente caro.

Para as pessoas mais pobres, a redução do consumo de energia tende a ter um impacto negativo no seu bem-estar. É provável que já apresentem níveis muito baixos de emissões: 45% da população mundial vive com rendimentos abaixo do limiar de pobreza de 6,85 dólares por pessoa por dia e emite muito pouco. Em contraste, um estudo da Oxfam sobre as emissões associadas ao estilo de vida dos super-ricos concluiu que as emissões de apenas um ano provenientes do iate e do jato privado de um bilionário ultrapassam as emissões que uma pessoa comum produzirá ao longo de toda a sua vida.⁸⁷ Se estes bilionários abdicassem de apenas um destes luxos, o impacto na redução das emissões de carbono seria significativo, enquanto o impacto no seu bem-estar seria mínimo.

Isto ilustra o problema das políticas climáticas que ignoram a desigualdade, como o aumento dos impostos sobre os combustíveis ou a fixação de preços do carbono, e que não têm em conta os diferentes níveis de emissões nem a capacidade dos diversos grupos de rendimento para suportar os custos. Sublinha, por isso, a necessidade de políticas que integrem a dimensão da desigualdade, como impostos sobre bens de luxo e sobre a riqueza. As políticas que ignoram a desigualdade correm também o risco de agravar a pobreza e de alimentar sentimentos de oposição à ação climática.

Talvez o mais importante seja que a desigualdade das emissões persiste porque as pessoas mais ricas exercem uma influência desproporcionada sobre a economia e a política, através de atividades como o lobby, a influência e a publicidade. Alterar estas dinâmicas de poder é, provavelmente, a mudança estrutural mais importante para manter o aquecimento global abaixo de 1,5 °C — e tal não será possível sem uma redistribuição significativa do poder e da riqueza. Este é o foco da Secção 2.

Secção 2. Desigualdades de poder

"Este é um convite para vós. Nesta COP, conheçam as nossas histórias, ouçam as nossas vozes, valorizem o nosso saber e alinhem-se connosco ou saiam do nosso caminho."⁸⁸

Ativista climática māori India Logan-Riley, na COP26

A primeira secção demonstrou que são os indivíduos mais ricos aqueles que têm as maiores emissões. Esta secção analisa como os super-ricos e os oligarcas empresariais não só obtêm lucros extraordinários com este sistema, como também utilizam o seu poder para manter a humanidade presa a uma economia altamente dependente do carbono, a fim de maximizar esses lucros. Em primeiro lugar, examina-se o poder económico dos bilionários. A análise das tendências de investimento das pessoas mais ricas permite avaliar até que ponto estas apoiam as indústrias de combustíveis fósseis e outros setores altamente poluentes. Em segundo lugar, esta secção aborda a influência política dos bilionários, explicando de que forma estes e as suas empresas influenciam as políticas climáticas globais e nacionais e financiam grupos de extrema-direita e meios de comunicação alternativos para incitar o ódio e promover as suas agendas antirregulamentação e anticlima.

2.1 Os ricos estão financiando o colapso climático

Um número reduzido de empresas é responsável pela vasta maioria das emissões de carbono e são os super-ricos que detêm, dirigem, investem e lucram com a maioria destas empresas que alimentam as alterações climáticas.

As emissões empresariais são classificadas em três categorias, emissões de Escopo 1, 2 e 3, segundo uma norma desenvolvida pelo Instituto de Recursos Mundiais (World Resources Institute) e pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (World Business Council for Sustainable Development) (ver Caixa 4). Muitas empresas apresentam relatórios sobre as suas emissões de Escopo 1 e 2, mas muito poucas o fazem relativamente às de Escopo 3.

Caixa 4. Medição de emissões corporativas

- As emissões de Escopo 1 provêm de fontes que uma organização controla diretamente, por exemplo, a sua frota de veículos.
- As emissões de Escopo 2 são emissões indiretas resultantes da energia que uma organização adquire, por exemplo, o aquecimento de

um edifício.

- As emissões de Escopo 3 abrangem toda a cadeia de valor, incluindo as emissões dos fornecedores durante a produção de um bem e as emissões resultantes da utilização desse bem pelo consumidor.

Uma análise da Oxfam a quase 18 000 empresas em todo o mundo que comunicam as suas emissões de Escopo 1 e 2 concluiu que apenas seis empresas são responsáveis por 10% do total das emissões empresariais reportadas, enquanto apenas 100 empresas respondem por metade dessas emissões.⁸⁹ Tendo em conta as emissões de Escopo 3, o projeto Carbon Majors estima que 36 empresas foram responsáveis por metade das emissões globais em 2023.⁹⁰

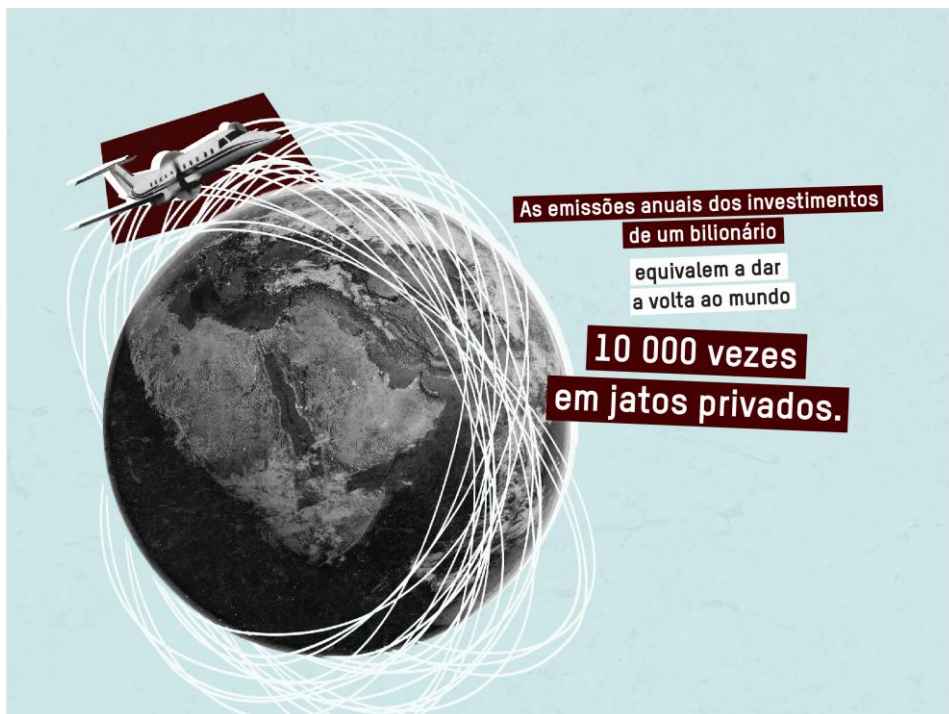
Os bilionários dominam todos os aspetos da economia global, controlando 17 das 50 maiores empresas cotadas do mundo,⁹¹ seja como diretores executivos, seja como principais investidores. O destino dos seus investimentos, aliado à influência que exercem, tem um impacto significativo nas emissões da economia empresarial.

Atualizando a sua investigação anterior sobre as emissões associadas aos investimentos dos bilionários, a Oxfam analisou as empresas detidas pelos 500 bilionários mais ricos. Utilizando fontes como a Bloomberg, a S&P Capital IQ e registos jurídicos empresariais, a investigação identificou os portfólios de investimento de 308 bilionários que detêm 10% ou mais de 470 empresas. O limiar de 10% de participação foi escolhido com base na definição de acionista principal utilizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC), uma vez que se considera que tal participação confere uma influência significativa sobre a empresa.

As emissões de cada portfólio de investimento foram calculadas através da atribuição proporcional das emissões de Escopo 1 e 2 da empresa à dimensão da participação do bilionário — por exemplo, se alguém detiver 20% da empresa, 20% das respetivas emissões são atribuídas às suas emissões de investimento. Este método está em conformidade com as normas recomendadas pelo setor e é utilizado por investidores e fundos de pensões.⁹²

Em 2024, as emissões associadas aos investimentos dos 308 bilionários totalizaram 586 milhões de toneladas de CO₂e, mais do que as emissões combinadas de 118 países. Se fossem personificados como um país, ocupariam o 15.º lugar entre os mais poluentes do mundo, à frente da África do Sul.⁹³

As emissões anuais médias per capita provenientes dos investimentos de um multimilionário ascendem a 1,9 milhões de toneladas de CO₂e, o equivalente a 346 000 vezes mais do que as de uma pessoa comum. Estes multimilionários teriam de dar quase 10 000 voltas ao mundo nos seus jatos privados para emitir uma quantidade equivalente.⁹⁴



Há poucas evidências de que os bilionários estejam a utilizar as suas posições de influência nestas empresas para promover a sustentabilidade ambiental. Vinte por cento dessas empresas aumentaram a sua intensidade de emissões desde 2020, enquanto uma avaliação independente dos seus planos de descarbonização revela que dois terços não estão alinhados com a meta de 1,5 °C do Acordo de Paris e um terço tem planos compatíveis com um mundo aquecido em 4 °C.⁹⁵

A maioria das emissões (em média 75%) da maioria das empresas são emissões indiretas do Escopo 3.⁹⁶ A divulgação das emissões de Escopo 3 é atualmente voluntária ao abrigo do Greenhouse Gas Protocol, e apenas 29% das empresas privadas reportam sob qualquer categoria deste escopo.⁹⁷ Por exemplo, as emissões de Escopo 1 e 2 de uma empresa petrolífera podem limitar-se à extração e refinação do petróleo, sem contabilizar as emissões geradas pela sua utilização. Isto pode também dar uma imagem distorcida da verdadeira origem das emissões, penalizando injustamente os produtores de matérias-primas, frequentemente situados no Sul Global. Por exemplo, no caso das empresas que produzem alumínio para utilização em smartphones e outros produtos tecnológicos, todas as emissões são atribuídas à sua atividade principal. No entanto, se as emissões de Escopo 3 fossem corretamente calculadas, as empresas que vendem os produtos finais teriam emissões muito mais elevadas.

Pela primeira vez, a investigação da Oxfam conseguiu ir mais longe e identificar também as emissões de investimento de Escopo 3 de 222 indivíduos. As suas emissões totais de Escopo 1, 2 e 3 ascendem a 1,85 mil milhões de toneladas de CO₂, o equivalente a 4% das emissões globais, o que os colocaria como o quinto país mais poluente do mundo. Em média, cada bilionário é responsável por 8,3 milhões de toneladas de CO₂e, o que significa que um único bilionário emite tanto como a população inteira de muitos países, como a Jamaica, o Burquina Fasso

ou a Nicarágua.⁹⁸

Utilizando o S&P Global 1 200 — um índice de investimento que abrange 31 países e cerca de 70% do mercado bolsista mundial — como referência média, a Oxfam concluiu que as pessoas mais ricas do mundo tendem a investir em empresas muito mais poluentes do que a média. Por cada milhão de dólares investido, os investimentos dos bilionários geram mais de duas vezes e meia as emissões do S&P 1 200. Quase 60% dos investimentos dos bilionários estão classificados como pertencentes a setores de elevado impacto climático,⁹⁹ como a mineração ou as indústrias do petróleo e gás, em comparação com 49% no S&P 1 200. Além disso, 14% da riqueza dos bilionários provêm de empresas com receitas provenientes de combustíveis fósseis, face a 9% no S&P 1 200 — uma proporção 55% superior.¹⁰⁰

Os bilionários poderiam direcionar os seus investimentos para empresas menos prejudiciais para o clima. Se optassem por um fundo de investimento que privilegiasse um bom desempenho ambiental, social e de governação (ESG), poderiam reduzir as suas emissões em 23 vezes.¹⁰¹

As conclusões da Oxfam sugerem que as empresas controladas pelos super-ricos estão impulsionando uma versão exacerbada do modelo de capitalismo centrado nos acionistas, que coloca o lucro acima dos trabalhadores e do ambiente.

Pela primeira vez, a Oxfam analisou também a estrutura de propriedade das Carbon Majors, as 180 maiores produtoras mundiais de petróleo, gás, carvão e cimento.¹⁰² Cinco gestoras de ativos — Vanguard Group, BlackRock, State Street Global Advisors, Capital Research and Management e FMR — detêm em conjunto um quinto das 99 empresas cotadas (ou seja, não estatais), com mais de 0,5 biliões de dólares investidos. Cento e vinte investidores possuem, no total, metade destas empresas poluentes. Em 2023, estas 99 empresas emitiram mais de 10 mil milhões de toneladas de CO₂e, o que representa quase um quinto de todas as emissões globais desse ano.¹⁰³

O facto de os investidores tradicionais, que gerem os fundos de pensões de milhões de pessoas, continuarem a ser os principais proprietários das empresas mais poluentes do mundo evidencia que todas as empresas e investidores necessitam de uma regulamentação governamental rigorosa, em vez da abordagem voluntária habitual. Não se pode esperar que os investidores ricos optem, de forma voluntária, por políticas e reformas que possam limitar os seus lucros.

2.2 Os bancos estão financiando empresas altamente poluentes

A análise da Oxfam demonstra que o setor bancário é um dos principais contribuintes para a crise climática. Apesar de frequentemente se apresentarem como emissores de baixo impacto, as instituições

financeiras podem, por vezes, ter uma pegada de carbono superior à das próprias empresas de combustíveis fósseis. Isto deve-se ao facto de, embora as suas emissões de Escopo 1 e 2 possam ser relativamente baixas, as de Escopo 3 poderem ser extremamente elevadas, sendo a principal causa o financiamento que os bancos concedem a novos projetos de combustíveis fósseis. O consenso entre os principais cientistas do clima¹⁰⁴ e a Agência Internacional da Energia¹⁰⁵ é inequívoco: investir em novas reservas de combustíveis fósseis é incompatível com a limitação do aquecimento global a menos de 1,5 °C. Apesar disso, os 60 maiores bancos do mundo comprometeram-se com a indústria dos combustíveis fósseis no montante de 7,9 biliões de dólares ao longo de oito anos (2016–2023).¹⁰⁶ Em 2025, os principais bancos norte-americanos retiraram-se da Net-Zero Banking Alliance, uma iniciativa das Nações Unidas que compromete os seus membros a alinhar o financiamento com o objetivo de emissões líquidas nulas até 2050, após pressões do Procurador-Geral do Texas, Ken Paxton.¹⁰⁷

Um estudo da Oxfam França concluiu que as três empresas mais poluentes do país eram bancos: BNP Paribas, Crédit Agricole e Société Générale. A empresa de combustíveis fósseis Total ocupava o quarto lugar.¹⁰⁸ Em conjunto com outras duas ONG francesas, a Oxfam França intentou uma ação judicial contra o BNP Paribas devido ao seu impacto climático.¹⁰⁹

A propriedade individual dos bancos não é conhecida, uma vez que, em geral, os grandes bancos são sociedades anónimas cotadas em bolsa. No entanto, uma investigação da Oxfam baseada em dados da WealthX concluiu que os 1% mais ricos detêm cerca de 43% de todos os ativos financeiros globais.¹¹⁰ Nos Estados Unidos, os 1% mais ricos possuem metade de todas as ações empresariais.¹¹¹ É evidente que as pessoas mais investidas no setor bancário e nos novos investimentos em combustíveis fósseis são as mais ricas da sociedade.

Há também provas de que as instituições financeiras consideram os investimentos mais sustentáveis como sendo de maior risco, por terem um historial menos consolidado. Um estudo realizado na Suécia em 2022 salientou que um aumento do investimento sustentável por parte do setor financeiro exigiria políticas governamentais mais robustas.¹¹²

2.3 A influência dos mais ricos

2.3.1 Lobbying a favor do colapso climático

As grandes empresas poluentes e os seus aliados económicos detêm um poder desproporcionado na definição e influência das políticas climáticas, tanto a nível nacional como global. Enquanto isso, aqueles que são mais afetados pela crise climática — como as comunidades indígenas e os grupos racializados — são sistematicamente silenciados ou ignorados nos espaços de decisão que moldam o seu futuro, ao passo que as empresas e os lobistas conseguem enfraquecer, adiar ou bloquear regulamentos essenciais que possam reduzir os seus lucros.

O envolvimento político empresarial ocorre quando um indivíduo ou uma organização procura, de forma legal, influenciar os resultados políticos em seu benefício. Isto inclui o envolvimento direto e indireto com os decisores políticos (*lobbying*), as tentativas de influenciar o debate público sobre questões de política (*advocacy*) e os investimentos financeiros destinados a apoiar essas atividades, nomeadamente as doações a políticos e a partidos políticos (despesas políticas).¹¹³

As empresas gastam bilhões a cada ano, não apenas em gastos políticos, mas também no fornecimento de informações aos formuladores de políticas alinhadas aos seus interesses. Esses dados e evidências podem frequentemente ser enganosos ou incorretos. No entanto, como as empresas são as que têm o dinheiro para produzi-los e a oportunidade de se reunir com os formuladores de políticas, elas têm a voz mais forte para influenciar as políticas.

Nos EUA, as empresas gastam em média US\$ 277.000 por ano em lobby anticlima e investigação mostra que as empresas que investem mais nesse tipo de lobby têm retornos quase 4% maiores anualmente.¹¹⁴ Só as empresas de petróleo e gás natural gastaram cerca de 232 milhões de dólares em lobbying contra a ação climática nos Estados Unidos, entre 2001 e 2022.¹¹⁵ Na União Europeia, a InfluenceMap constatou que as empresas agrícolas e as associações industriais têm replicado as táticas da indústria dos combustíveis fósseis, difundindo narrativas enganosas destinadas a desacreditar a necessidade de reduzir as emissões do setor da carne e dos laticínios.¹¹⁶

Existe um vasto conjunto de provas adicionais sobre a forma como as empresas fazem lobby contra políticas destinadas a enfrentar a crise climática. Por exemplo:

- Os membros do Congresso dos Estados Unidos que recebem grandes contribuições de campanha de empresas com elevadas emissões de carbono têm maior probabilidade de votar de forma “cética em relação ao clima”.¹¹⁷
- Na África do Sul, as associações industriais têm procurado enfraquecer as sanções aplicáveis às empresas que excedem o seu orçamento de carbono e tanto o Projeto de Lei sobre as Alterações Climáticas como a Lei do Imposto sobre o Carbono foram diluídos ou adiados em grande medida devido à pressão do lobbying.¹¹⁸

As conferências da COP são o ponto central da política climática global e deveriam ser o espaço onde se alcançam acordos internacionais para reduções profundas das emissões mundiais. No entanto, os lobistas empresariais, especialmente os da indústria dos combustíveis fósseis, utilizam estes eventos para moldar as políticas em seu benefício. A sua participação no processo da COP constitui um exemplo claro de como as empresas exercem o seu poder de influência para travar reformas climáticas progressistas.

Uma análise da lista de participantes da COP29, realizada pela coligação Kick Big Polluters Out (KBPO), revelou que:

- Um total de 1773 lobistas do setor do carvão, do petróleo e do gás

obtiveram credenciais de acesso, formando um grupo maior do que todas as delegações oficiais, exceto três;

- Os lobistas dos combustíveis fósseis receberam mais credenciais do que todos os delegados dos dez países mais vulneráveis às alterações climáticas juntos.
- Oito em cada dez lobistas dos combustíveis fósseis provinham do Norte Global.¹¹⁹

Uma investigação conjunta da Oxfam e do *Guardian* concluiu que um em cada quatro bilionários presentes na COP28 fez fortuna em indústrias altamente poluentes, como as do petróleo, gás, mineração ou produtos químicos.¹²⁰ Um bilionário destacou-se, porém, pelas razões certas: Dona Bertarelli, a única bilionária incluída na lista de convidados, cedeu o seu bilhete a especialistas por considerar que a sua presença seria apenas uma forma de exibicionismo.¹²¹

No entanto, os bilionários não precisam de estar presentes nestes eventos para exercer influência. Entre as 500 pessoas mais ricas do mundo, a investigação da Oxfam identificou 399 delegados que representavam 94 empresas pertencentes a bilionários e que participaram na COP28. Destas 94 empresas, apenas cinco são conhecidas por fazer lobbying em apoio de políticas climáticas alinhadas com o Acordo de Paris (conforme definido pela InfluenceMap).¹²²

As listas de participantes das COP revelam também como a sobrerrepresentação de lobistas empresariais poderá estar a afastar a representação dos povos indígenas. Entre os mais de 50 000 participantes na COP29, havia apenas 180 representantes de comunidades integrantes do Indigenous Peoples Caucus.¹²³

Na COP28, dos 92 participantes não governamentais nomeados por Palau, uma nação insular extremamente vulnerável às alterações climáticas, 27 eram provenientes da empresa multinacional Amazon (que não tem operações no país), 16 do banco HSBC (que igualmente não possui agências na ilha) e 19 do grupo de lobby empresarial World Green Economy Organization.¹²⁴

A COP é também um espaço dominado por homens, refletindo as dinâmicas mais amplas de poder a nível global e demonstrando a sub-representação das mulheres nas negociações climáticas. Apenas 8 dos 78 líderes mundiais presentes na COP29 (10%) eram mulheres¹²⁵ (sendo 13% a proporção de cargos de chefia de Estado ocupados por mulheres¹²⁶). A análise da Oxfam¹²⁷ à lista de participantes revelou que apenas 35% das pessoas com credenciais de delegação e, portanto, com acesso direto às negociações, eram mulheres.¹²⁸ No total, 60% dos participantes na COP29 eram homens,¹²⁹ embora deva salientar-se que quase 60% dos oradores provenientes de ONG eram mulheres.¹³⁰ A maioria das atividades de lobbying é igualmente conduzida por homens, por exemplo, 77% dos lobistas europeus são do sexo masculino.¹³¹

2.3.2 Processar governos por adotarem medidas climáticas progressistas

Outra ameaça à ação climática é o recurso aos mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estados (*investor–state dispute settlement* – ISDS), que estão previstos em muitos tratados de investimento entre países e permitem que as empresas processem Estados cuja legislação afete os seus lucros, nomeadamente através da introdução de novas regras. As empresas de tabaco, por exemplo, processaram países por adotarem regulamentos sobre a publicidade ao tabaco.

O laureado com o Prémio Nobel Joseph Stiglitz descreveu este tipo de ações como “terrorismo judicial”.¹³² É igualmente revelador que os processos ao abrigo dos mecanismos ISDS sejam, em geral, intentados por empresas e indivíduos ricos contra países de baixo e médio rendimento. O valor médio das indemnizações aumentou dez vezes entre 1994–2003 e 2014–2023, atingindo os 256 milhões de dólares.¹³³

Os mecanismos ISDS são amplamente utilizados em litígios relacionados com o clima. Uma investigação do *Guardian*¹³⁴ revelou que as empresas obtiveram mais de 120 mil milhões de dólares de dinheiros públicos através destes tribunais, dos quais 84 mil milhões foram destinados a empresas de combustíveis fósseis e 7,8 mil milhões a empresas mineiras. Estas ações são cada vez mais financiadas por fundos de investimento e investidores de países ricos contra países mais pobres: o *Guardian* constatou que 75% dos casos foram instaurados contra países em desenvolvimento, por exemplo:

- O governo da Bolívia foi obrigado a pagar 18,7 milhões de dólares em indemnizações a uma empresa de mineração por ter revogado licenças depois de esta ter poluído um espaço sagrado e ameaçado a comunidade indígena.¹³⁵
- Uma empresa canadiana de mineração, a Silver Bull, processou o governo mexicano em 408 milhões de dólares por este não ter dispersado um grupo de mineiros em protesto.¹³⁶
- Uma empresa norte-americana de mineração marinha, a Odyssey Marine Exploration, foi indemnizada em 37 milhões de dólares, que o México foi obrigado a pagar após ter recusado conceder-lhe licenças ambientais.¹³⁷

Além disso, a empresa petrolífera Petrobras, detida maioritariamente pelo Estado brasileiro, está envolvida num processo judicial (não ao abrigo do ISDS) com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), devido à exploração petrolífera na região da Foz do Amazonas, ecologicamente sensível.¹³⁸

Os mecanismos ISDS têm um efeito dissuasor sobre países e territórios, que receiam ser processados por empresas apoiadas por fundos de investimento ultrarricos caso introduzam regulamentos ambientais mais rigorosos ou recusem conceder licenças de mineração. A Gronelândia, por exemplo, pôs fim à extração de urânio devido a preocupações com

resíduos tóxicos, mas poderá ser obrigada a retomá-la sob a ameaça de um processo no valor de 11,5 mil milhões de dólares (o que equivale a dez vezes o orçamento anual do território).¹³⁹

Esta tendência litigiosa está também a estender-se às ONG que procuram responsabilizar as empresas. Por exemplo, a TotalEnergies tentou processar a Greenpeace França, que a havia acusado de comunicar emissões abaixo do valor real, mas o caso foi rejeitado pelo tribunal.¹⁴⁰

2.3.3 Promoção de ideias perigosas e duvidosas sobre as alterações climáticas

A influência empresarial é também exercida através de estratégias de relações públicas amplamente financiadas. Por exemplo, em 2004, a BP tornou-se tristemente célebre por ter promovido a ideia da “pegada de carbono individual”, lançando um calculador em linha.¹⁴¹ Esta iniciativa difundiu uma narrativa que transferiu a responsabilidade climática do coletivo para o indivíduo, levando a que a ação climática passasse a ser vista, sobretudo, em termos de comportamentos pessoais.

Ainda mais repreensível tem sido a utilização encoberta de financiamento para investigação destinada a lançar dúvidas sobre a ciência do clima. Constatou-se que as empresas de combustíveis fósseis adotaram as mesmas táticas que a indústria do tabaco, gastando milhões em redes de organizações de advocacia que difundem desinformação climática,¹⁴² apesar de os seus próprios cientistas terem alertado internamente para os riscos que os combustíveis fósseis representam para o clima.

Os irmãos Koch, que construíram a sua fortuna na indústria dos combustíveis fósseis, doaram mais de 145 milhões de dólares a 90 organizações que atacam a ciência climática e as políticas de mitigação entre 1997 e 2018.¹⁴³ No Reino Unido, grupos de lobby que contestam políticas pró-clima receberam mais de 500 mil dólares de um fundo associado aos irmãos Koch.¹⁴⁴ Entretanto, os bilionários do setor do *fracking*, Farris e Dan Wilks, doaram milhões a organizações mediáticas de direita que promovem o negacionismo climático.¹⁴⁵

Embora os exemplos provenientes dos Estados Unidos tenham recebido maior atenção, este é um problema generalizado. Em França, o bilionário Pierre-Édouard Stérin terá investido 150 milhões de euros para reforçar a extrema-direita,¹⁴⁶ enquanto o canal CNews foi adquirido pelo bilionário de extrema-direita e do setor dos combustíveis fósseis Vincent Bolloré, que o transformou no equivalente francês da Fox News.¹⁴⁷ O canal foi multado em 80 mil euros em 2024 por difundir desinformação sobre o clima.¹⁴⁸ No Reino Unido, o canal GB News tem dado voz, em média, uma vez por semana, ao grupo negacionista climático The Global Warming Policy Foundation.¹⁴⁹ Um dos proprietários da GB News gere igualmente um fundo de investimento, o Marshall Wace, que possui 2,2 mil milhões de dólares em participações em combustíveis fósseis.¹⁵⁰ E, no Brasil, empresas do agronegócio têm financiado negacionistas das alterações

climáticas para percorrerem o país difundindo mitos sobre o aquecimento global.¹⁵¹

2.3.4 Financiamento do ódio para promover os interesses dos combustíveis fósseis

Em 2018, as doações a grupos contrários à ação climática totalizaram 808 milhões de dólares, sendo uma parte significativa proveniente de fundações familiares. A Donors Trust canalizou milhões de dólares de doadores anônimos para organizações que lançam dúvidas sobre as alterações climáticas.¹⁵²

Doadores ricos estão também a financiar, de forma encoberta, movimentos de extrema-direita e de supremacia branca que difundem discursos racistas, antitransgênero e misóginos, e que tendem a apoiar políticos com agendas climáticas regressivas.¹⁵³ Isto levanta uma preocupação legítima: a de que indivíduos abastados, muitos deles com interesses ligados aos combustíveis fósseis, estejam a utilizar o ódio para desviar a atenção do desastre climático e a criar apoio para políticos tóxicos em quem podem confiar para implementar políticas contrárias à ação climática.

O ódio está a propagar-se: um em cada quatro países registou um retrocesso nos direitos das mulheres em 2024,¹⁵⁴ os crimes de ódio religioso atingiram níveis recorde¹⁵⁵ e os crimes de ódio contra pessoas LGBTQIA+ estão aumentando em muitos países.¹⁵⁶ Os partidos e políticos de extrema-direita estão gastando poder apoiando-se numa narrativa de ódio, utilizando a sua influência política para promover os interesses em combustíveis fósseis dos seus financiadores, em detrimento de um futuro sustentável para as pessoas e para o planeta.

2.4 Rumo a um poder climático com justiça social

As evidências apresentadas nesta secção demonstram a importância de contabilizar as emissões resultantes do financiamento e da atividade de lobby como parte integrante da verdadeira pegada de carbono.

Estão surgindo várias ideias para conceituar estes impactos. Por exemplo, alguns têm apelado à criação de uma nova forma de medição das emissões de Âmbito 4, que permitiria regular e quantificar as chamadas “emissões resultantes de lobby”.¹⁵⁷ Outros defendem a contabilização da totalidade dos impactos — incluindo o consumo, as escolhas (por exemplo, a forma como as pessoas doam e investem o seu dinheiro), bem como a maneira como se fala sobre as alterações climáticas.¹⁵⁸

Estas são formas úteis de enquadrar e compreender os elementos mais intangíveis de uma verdadeira pegada de carbono. Evidenciam que, para os mais ricos, não são apenas os jatos privados e os iates que estão

destruindo o planeta, mas também o modo como utilizam o seu poder político e económico. Reforçam igualmente uma perspetiva crítica de justiça social, segundo a qual aqueles que dispõem de maiores meios para reduzir a sua pegada de carbono têm a obrigação de ir mais longe e mais depressa, abordando *todas* as ações que contribuem para as suas emissões, incluindo o consumo, o investimento e outras formas de poder económico e político.

Caixa 5. Racismo ambiental em Belém, cidade anfitriã da COP30

Quando Belém foi anunciada como cidade anfitriã da COP30, muitos esperaram que se tornasse um marco na justiça socioambiental e climática no Brasil. No entanto, os preparativos para a Cimeira do Clima das Nações Unidas, em novembro de 2025, vieram evidenciar — e até aprofundar — as desigualdades estruturais que historicamente têm marcado o país.

A Vila da Barca, em Belém, é uma das mais antigas e maiores comunidades de palafitas da América Latina. Há mais de um século, os moradores desta favela (assentamento informal brasileiro) vivem em casas construídas sobre estacas, ao longo das margens do rio Guajará. A comunidade, com mais de quatro mil habitantes, consegue ver os arranha-céus dos bairros ricos ali perto, mas, há décadas, o governo local tem falhado em garantir serviços básicos. Os residentes estão na linha da frente da crise climática. O calor e a humidade são extremos — as temperaturas chegam aos 40 °C durante vários meses do ano — e o IPCC previu que Belém se tornará uma das cidades mais quentes do mundo no futuro. Quando as marés altas se combinam com chuvas intensas, a comunidade não tem qualquer proteção contra as águas da enchente.

O governo estadual prepara-se freneticamente para a COP30, construindo infraestruturas para acomodar os milhares de delegados internacionais que chegarão em novembro. Empresas extrativas da região estão patrocinando grande parte das obras, apesar das alegações de poluição, desflorestação e violações de direitos humanos. Em vez de beneficiarem do investimento, os moradores da Vila da Barca afirmam estar a ser marginalizados e excluídos. Por exemplo, uma nova estação de tratamento de águas residuais, acelerada para a COP30 e construída junto à Vila da Barca, não servirá a sua comunidade. Entretanto, os resíduos e lamas provenientes de outras obras relacionadas com a COP30 estão sendo despejados mesmo junto ao bairro, expondo a comunidade a poluição potencialmente nociva.

Os moradores da Vila da Barca uniram-se para denunciar esta injustiça e exigir melhores serviços. Como sublinha Inês Medeiros, antiga presidente da associação de moradores: “Ao propor soluções alternativas de saneamento e os espaços verdes que aqui faltam, estamos a lutar por justiça climática para a comunidade. Quando vemos projetos de saneamento a servir áreas ricas mas não a nossa comunidade, enquanto nas proximidades há resíduos que tornam a nossa situação mais precária, isto mostra como o racismo ambiental nos afeta. Estes exemplos demonstram que os ricos destroem e os pobres sofrem a destruição de forma mais intensa.” “Esta é também uma mensagem para a COP30 — celebrámos a sua chegada, mas ela está a ser realizada num local onde os pobres sentem transformações negativas, e não positivas.

Isto é racismo ambiental — porque são as comunidades negras, indígenas

e marginalizadas as mais expostas aos impactos negativos das alterações climáticas, bem como aquelas com menor acesso a proteção e apoio à adaptação. Estão nos obrigando a lidar com as consequências diretas da poluição e com os impactos causados pelos mais ricos. E agora querem esconder este território das pessoas que irão à COP30."

Medeiros quer aproveitar a atenção que a COP30 traz para deixar um legado positivo. Ela está a trabalhar com ativistas climáticos da coligação COP das Baixadas para criar as "zonas amarelas" para a COP30. Este programa de desenvolvimento comunitário visa educar e capacitar os moradores da Vila da Barca, amplificar as suas reivindicações e promover o turismo social e a hospitalidade. Espera-se que este modelo seja replicado em futuras COP e eventos climáticos globais.

Secção 3. Rumo a uma transformação igualitária e justa

“O mundo não pode resolver a crise climática sem abordar a desigualdade. Não se pode esperar que os países afogados em dívida também se afoguem com o aumento do nível do mar.”¹⁵⁹

Primeira-Ministra de Barbados, Mia Mottley, num discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2022

As evidências e análises apresentadas neste relatório demonstram como as atuais crises climática e de desigualdade estão intrinsecamente ligadas. A própria existência de riqueza extrema está a acelerar a degradação climática, com as emissões excessivas dos mais ricos a esgotarem rapidamente o orçamento global de carbono. E as mesmas ideologias e dinâmicas de poder que alimentam a desigualdade permitem que as empresas e os seus proprietários ricos evitem a regulamentação e mantenham o mundo dependente dos combustíveis fósseis em nome do lucro. Os governos devem quebrar este ciclo vicioso.

Esta secção propõe cinco conjuntos de recomendações para enfrentar as crises interligadas do clima e da desigualdade e colocar as pessoas e o planeta no caminho de um futuro mais justo e sustentável. Apresenta uma agenda de aumento de impostos sobre os maiores poluidores, juntamente com outras medidas destinadas a reduzir de forma drástica e urgente as suas emissões e a desmontar a sua influência política e económica. Propõe ainda medidas para reforçar a governação democrática e rejeitar soluções dominadas pelo mercado que beneficiam uma minoria rica em detrimento da maioria, agravando a desigualdade e minando a ação climática.

Recomendação 1: Reduzir urgentemente as emissões dos mais ricos

É evidente que os indivíduos mais ricos do mundo e as empresas que controlam estão impulsionando a crise climática. Se os governos não atuarem para conter as emissões excessivas dos ultra-ricos, bem como o seu poder económico e político (Recomendação 2), o colapso climático total será inevitável.

O aumento de impostos sobre os super-ricos e sobre as empresas que controlam contribuirá de forma significativa para a redução das emissões de carbono e para gerar os trilhões de dólares urgentemente

necessários para enfrentar as crises climática e de desigualdade. Por exemplo, um imposto de 60% sobre os rendimentos totais dos 1% mais ricos a nível global poderia reduzir as emissões de carbono equivalentes às emissões totais do Reino Unido e gerar cerca de 6,4 biliões de dólares americanos.¹⁶⁰ Os governos devem implementar reformas fiscais progressivas e explorar outras medidas ambiciosas, como obrigar e acelerar a transição para energias renováveis, de forma a conter as atividades e ações mais intensivas em carbono dos super-ricos e das suas empresas.

Isto significa:

- **Aumentar os impostos sobre os indivíduos mais ricos do mundo,** através da introdução de impostos progressivos permanentes sobre o rendimento e a riqueza dos 1% mais ricos a nível nacional e cooperar a nível internacional para definir um padrão global que taxe os super-ricos do mundo a taxas suficientemente elevadas para reduzir a desigualdade.
- **Implementar impostos permanentes sobre os lucros excessivos das grandes empresas,** fixados em 50% sobre os retornos do total de ativos superiores a 10%. Para as empresas de combustíveis fósseis, o imposto deve começar num limiar mais baixo, de 3%, mas isentando as atividades de energia limpa, tornando os combustíveis fósseis menos lucrativos.
- **Introduzir um imposto complementar sobre a riqueza e aumentar as taxas de impostos sobre património, ganhos de capital e rendimentos provenientes de investimentos poluentes.** Estas taxas devem ser suficientemente elevadas para dissuadir tais atividades e incentivar a mudança de investimento para a energia renovável.
- **Implementar progressivamente impostos específicos sobre o clima,** como taxas sobre passageiros frequentes e impostos sobre viagens de luxo. Esta implementação deve ser feita de forma a não prejudicar os países de baixos rendimentos.
- **Implementar outros impostos internacionais progressivos,** como um imposto sobre transações financeiras.
- **Apoiar ativamente a criação de uma Convenção-Quadro da ONU sobre Cooperação Internacional em Matéria Fiscal,** que assegure uma governação global justa e inclusiva em questões fiscais. Esta iniciativa deve apoiar as medidas acima e combater práticas de evasão fiscal, garantindo que os super-ricos e as multinacionais paguem a sua quota-parte justa de impostos.
- **Aumentar impostos sobre, ou proibir, produtos e atividades de luxo** que sejam excessivamente intensivos em carbono e desnecessários, como veículos utilitários desportivos (SUV), iates de luxo, jatos privados e turismo espacial.
- **Implementar políticas rigorosas para limitar as emissões de luxo,** como as geradas por jatos privados e pelo consumo excessivo de energia em residências opulentas. Isto deve incluir um limite à produção de bens de luxo não essenciais.

Recomendação 2: Conter a influência económica e política dos mais ricos

O poder económico e político dos super-ricos do mundo é exercido através do lobby, do financiamento de campanhas, de mecanismos legais como os ISDS e da propriedade dos meios de comunicação, todos eles instrumentos que distorcem os resultados das políticas e alimentam um ciclo de desigualdade e degradação climática. Como destacado na Secção 2, as emissões resultantes do financiamento e do lobby contribuem também de forma significativa para a verdadeira pegada de carbono dos super-ricos. Os governos devem urgentemente desmontar a influência indevida dos ultra-ricos, que constitui uma das principais barreiras ao progresso na luta contra as alterações climáticas e na promoção da igualdade.

Isto significa:

- **Conter a influência da indústria de combustíveis fósseis**, limitando ou proibindo especificamente doações individuais e corporativas, bem como atividades de lobby por parte de empresas de combustíveis fósseis, e impedindo que estas participem nas negociações climáticas sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC).
- **Reforçar a regulamentação do lobby**, incluindo:
 - A proibição de práticas de contratação em “porta giratória” e a exigência de períodos de transição obrigatórios (com um mínimo de seis meses) para funcionários contratados do governo e vice-versa.
 - A obrigatoriedade de registo e de reporte público detalhado de todas as atividades de lobby, bem como de um envolvimento político global mais abrangente (incluindo a sua abordagem, objetivos e impacto, especificamente sobre direitos humanos e igualdade de género e racial).
- **Implementar reformas no financiamento de campanhas** que estabeleçam limites rigorosos às contribuições individuais e corporativas, obriguem à divulgação transparente e em tempo real de todas as doações políticas e exijam que as empresas revelem publicamente todos os gastos políticos, incluindo financiamentos indiretos através de associações comerciais ou grupos de *dark money* (recursos financeiros não transparentes). Os governos devem também priorizar o financiamento público das eleições, de forma a reduzir a dependência de fundos privados.
- **Implementar regulamentações no setor financeiro** que impeçam bancos e instituições financeiras de financiar qualquer empresa de combustíveis fósseis que não tenha planos para eliminar progressivamente:
 - O carvão até 2030 nos países da UE e da OCDE e até 2040 a nível global.
 - O petróleo, o gás e as infraestruturas associadas até 2040 nos países da UE e da OCDE e até 2050 a nível global.

- **Implementar regulamentações corporativas que:**
 - Exijam que as empresas estabeleçam metas ambiciosas de redução de emissões, baseadas em evidências científicas e totalmente alinhadas com o Acordo de Paris, bem como planos com prazos definidos, governação transparente e estruturas de responsabilidade sólidas para as cumprir.
 - Obriguem legalmente as empresas a priorizar objetivos de interesse público, como a proteção ambiental e a equidade social, nos processos de tomada de decisão.
 - Reforcem as leis *antitrust* (lei da concorrência) com mecanismos de fiscalização rigorosos, de modo a dismantelar monopólios e prevenir uma concentração excessiva do mercado.
- **Limitar o controlo dos meios de comunicação pelos poluidores ricos,** incluindo a proibição ou regulamentação rigorosa de anúncios e campanhas de *greenwashing* (ecobranqueamento) que legitimem falsamente indústrias poluentes, reforçar os media públicos, promover o acesso a informação independente e baseada em factos e investir em programas abrangentes de literacia mediática.
- **Rejeitar os mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estado (ISDS),** excluindo-os de todos os tratados futuros e revendo ou retirando-se dos tratados existentes que os incluam. Os governos devem, em vez disso, priorizar acordos comerciais e de investimento que promovam a proteção dos direitos humanos, a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento equitativo.

Recomendação 3: Investir numa governação democrática liderada pelas pessoas

Enquanto os mais ricos exercem um controlo desproporcionado sobre os nossos sistemas políticos e económicos, as vozes daqueles mais afetados pela devastação climática — os mais pobres, mulheres, pessoas não binárias, comunidades racializadas e povos indígenas — são sistematicamente excluídas.

Estes grupos estão na linha da frente dos impactos das alterações climáticas e detêm conhecimentos e experiências de vida inestimáveis. Possuem uma compreensão profunda e local da relação entre os seres humanos e o ambiente, sendo fundamentais para a proteção dos ecossistemas, o reforço da resiliência e a implementação de respostas de baixo carbono lideradas pelas próprias comunidades.¹⁶¹ Devem liderar o diálogo sobre um futuro sustentável e ocupar um papel central na definição das decisões climáticas, desde o nível local até às negociações climáticas internacionais.

Democratizar a tomada de decisões e a ação climática é também

essencial para construir uma resposta coletiva à crise. Se a transição for percebida como injusta ou se o processo for considerado pouco representativo, é pouco provável que tenha sucesso.¹⁶² Enfrentar a desigualdade é igualmente um pré-requisito fundamental para uma ação climática eficaz. Níveis elevados de desigualdade corroem a confiança social, alimentam a polarização política e criam terreno fértil para a desinformação e a obstrução.¹⁶³ Sociedades mais igualitárias são menos polarizadas politicamente, facilitando os debates, a construção de consensos e a ação coletiva necessários para uma transformação rápida e justa.

Por conseguinte, para assegurar uma transição climática justa e eficaz, os governos devem investir em reformas fundamentais que promovam uma governação democrática liderada pelas pessoas.

Isto significa:

- **Garantir à sociedade civil um lugar à mesa nos processos de planeamento e tomada de decisões climáticas** em todos os níveis. Isto inclui assegurar a participação significativa e substancial de organizações da sociedade civil, comunidades em situação de marginalização, sindicatos e organizações de justiça feminista e racial no desenvolvimento de políticas climáticas e planos nacionais de ação climática.
- **Reforçar o poder e a voz da sociedade civil**, protegendo e mantendo ativamente o espaço cívico, apoiando e financiando movimentos feministas, incluindo organizações lideradas por defensoras e defensores do ambiente e ativistas e promulgando e implementando disposições legais que garantam a igualdade e os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais de todos os indivíduos e comunidades.
- **Adotar políticas que enfrentem os impactos desproporcionais das alterações climáticas** sobre mulheres, raparigas, pessoas não binárias e comunidades racializadas e investir na sua capacidade de participar na tomada de decisões climáticas.

Recomendação 4: Adotar uma abordagem de quota justa para o orçamento climático remanescente

As emissões irresponsáveis dos países do Norte Global e dos indivíduos mais ricos do mundo esgotaram até agora o orçamento de carbono, tornando a descarbonização uma necessidade imperativa.

No entanto, com 80% da população mundial a viver com menos de 25 dólares por dia, referência do Banco Mundial para um padrão de vida digno,¹⁶⁴ e com a maioria destas pessoas a residir em países de baixos e médios rendimentos, é também evidente que assegurar a satisfação das necessidades básicas e dos direitos humanos de todos exigirá algum uso de carbono, sobretudo a curto prazo, enquanto se desenvolvem e

implementam soluções de baixo carbono.

Por conseguinte, o orçamento de carbono remanescente do mundo deve ser gerido de acordo com princípios de equidade e justiça. Uma abordagem de quota justa é essencial, tendo em conta a responsabilidade histórica pelas emissões, a capacidade de ação e o direito fundamental ao desenvolvimento sustentável.¹⁶⁵ Este princípio deve definir a justiça não apenas na transição entre o Norte Global e o Sul Global, mas também dentro dos países, diferenciando entre as populações mais ricas e mais pobres. Isto significa que os países ricos devem reduzir drasticamente as emissões sem penalizar indevidamente as suas classes trabalhadoras.

É crucial que os países do Sul Global utilizem a sua quota justa do orçamento de carbono para promover o desenvolvimento e a prosperidade de todos, garantindo que este não seja consumido pelas emissões de luxo dos mais afluentes.

Os países ricos excederam a sua quota justa de emissões globais, limitando as oportunidades de desenvolvimento dos países mais pobres e perpetuando desigualdades neocoloniais.¹⁶⁶ Isto cria uma dívida climática substancial, obrigando os países mais ricos a reduzir drasticamente as suas emissões nacionais, a fornecer financiamento climático significativo como forma de reparação e a apoiar as transições de baixo carbono no Sul Global. Estima-se que trilhões de dólares sejam devidos anualmente a estas nações para fazer face a esta dívida e viabilizar uma transição justa.¹⁶⁷ Da mesma forma, os 1% mais ricos, cujas pegadas de carbono desproporcionadas refletem os excessos dos países ricos, devem reduzir as suas emissões em 97% até 2030 para alinhar-se com a meta de 1,5°C, sendo responsabilizados pelo seu impacto ambiental desmedido.¹⁶⁸

Priorizar o orçamento de carbono para a erradicação da pobreza, com base em princípios de quota justa, não é apenas um imperativo moral, mas também uma necessidade prática para construir um mundo mais justo e resiliente. O orçamento de carbono remanescente está a reduzir-se rapidamente e os mais ricos já consumiram uma quota desproporcionada. Distribuir este orçamento de forma equitativa permite que os países mais pobres, que representam menos de 10% das emissões globais apesar de abrigarem mais de metade da população mundial, invistam em adaptação climática, como defesas contra cheias e sistemas de energia renovável. Por exemplo, os países de baixos rendimentos necessitam de pelo menos 2,8 biliões de dólares americanos por ano para adaptação climática e desenvolvimento sustentável.¹⁶⁹ Sem este apoio, os impactos das alterações climáticas podem aprofundar a pobreza, corroendo a já limitada capacidade das comunidades mais pobres de se recuperar de desastres e reconstruir as suas vidas.¹⁷⁰ Além disso, os impactos crescentes podem deslocar dezenas de milhões de pessoas, alimentando a instabilidade e o conflito.¹⁷¹ A atribuição justa do orçamento de carbono capacita a maioria global a garantir direitos básicos, como o acesso a água potável e alimentos, ao mesmo tempo que segue caminhos de desenvolvimento de baixo carbono, reduzindo assim o risco de perturbações económicas

e sociais a nível mundial.

A COP30 será um momento crítico, com o mundo mais próximo do que nunca de ultrapassar a longo prazo o limite de 1,5°C, e com os governos obrigados a apresentar planos climáticos atualizados e ambiciosos. Estes planos devem representar uma resposta coletiva à crise climática, baseada em princípios de quota justa. Os governos devem também aproveitar a COP30 como uma plataforma para o diálogo global sobre a atribuição justa do orçamento de carbono remanescente.

Isto significa:

- **Assumir na COP30 o compromisso com contribuições nacionalmente determinadas (NDC)** de quota justa, que reflitam uma avaliação abrangente das emissões históricas, da capacidade atual de ação, das necessidades específicas de desenvolvimento interno e da equidade dentro do país. Todas as NDC devem:
 - Incluir planos claros e com prazos definidos para atingir emissões líquidas nulas, com os países mais ricos a estabelecerem metas antecipadas (por exemplo, até 2040) e os países em desenvolvimento a beneficiarem de mais tempo para a transição (por exemplo, até 2050).
 - Explicitar como as pessoas e empresas mais ricas dentro de um país irão realizar reduções de emissões mais substanciais do que as populações mais pobres.
 - Incluir um plano claro e detalhado para proteger as populações mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas e para assegurar uma transição justa para os trabalhadores atualmente empregados em indústrias de elevada intensidade de carbono.
- Assumir o compromisso de utilizar o orçamento de carbono remanescente para enfrentar as crises da pobreza, da desigualdade e do clima.
 - As NDC devem articular claramente como o orçamento de carbono remanescente será priorizado para ações climáticas que apoiem diretamente o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a concretização dos direitos humanos.
 - As políticas climáticas devem ser concebidas para promover a justiça social, a igualdade de género e o empoderamento das comunidades em situação de marginalização, reconhecendo a sua vulnerabilidade desproporcionada aos impactos das alterações climáticas.
 - Os governos e instituições devem investir em políticas públicas que enfrentem a pobreza, a crise climática e a desigualdade, como programas de proteção social e serviços públicos acessíveis. Estas políticas abordam desafios globais interligados; por exemplo, a proteção social universal reduz a vulnerabilidade aos riscos climáticos, ao fornecer redes de segurança para comunidades afetadas por desastres,¹⁷² enquanto a educação capacita as gerações

futuras a inovar com soluções verdes e a reforçar a resiliência.¹⁷³ Investir em infraestruturas resilientes ao clima para melhorar a proteção contra enchentes, moradias sustentáveis e preparação para desastres também atenua os danos relacionados ao clima e promove o desenvolvimento equitativo.

Significa também que os governos dos países ricos devem:

- **Ir significativamente além do seu compromisso atual de fornecer 300 mil milhões de dólares americanos por ano** em financiamento climático aos países em desenvolvimento. Este financiamento deve ser principalmente na forma de subsídios e não de empréstimos, para evitar agravar ainda mais os encargos da dívida.
- **Apoiar ativamente a transferência de tecnologias amigas do clima** e investir em iniciativas de capacitação nos países em desenvolvimento, permitindo-lhes transitar para fontes de energia renovável e seguir caminhos de desenvolvimento de baixo carbono.
- **Fornecer alívio imediato da dívida**, libertando espaço fiscal para despesas climáticas e de desenvolvimento nos países em desenvolvimento. Os credores privados devem fazer o mesmo.
- **Apoiar a criação de mecanismos globais para facilitar a partilha de patentes e conhecimentos sobre tecnologias de energia limpa**, garantindo que sejam acessíveis e financeiramente viáveis para os países mais pobres.

Recomendação 5: Construir um sistema económico que coloque as pessoas e o planeta em primeiro lugar

Durante demasiado tempo, o nosso sistema económico, orientado para gerar cada vez mais riqueza para os ricos e baseado na extração e no consumo a qualquer custo, tem minado a possibilidade de um futuro verdadeiramente próspero e sustentável para todos. O sistema económico neoliberal dominante é, na sua essência, incapaz de enfrentar as crises climática e da desigualdade. A sua ênfase em mercados livres sem restrições e no crescimento perpétuo orientado pelo lucro potencia os indivíduos ricos e privilegia soluções do setor privado, em detrimento das pessoas e do planeta.

Dada a urgência da emergência climática, a desigualdade extrema e a pobreza persistente, uma mudança radical é agora imperativa. A transição global para um futuro sustentável e equitativo exige uma rejeição decisiva do neoliberalismo. O “capitalismo verde”, que tenta conciliar o crescimento orientado pelo mercado com preocupações ambientais, não passa de uma distração perigosa. As abordagens dominadas pelo mercado priorizam consistentemente o lucro em detrimento do bem-estar das pessoas e do ambiente, agravando as desigualdades e falhando em promover as mudanças transformadoras

urgentemente necessárias.¹⁷⁴

Para enfrentar as crises da desigualdade e do clima, é necessário estabelecer novos sistemas e medidas que promovam os objetivos duplos do bem-estar humano e da prosperidade do planeta. Para isso, um Estado proativo e estratégico é essencial. Os governos devem assumir um papel de liderança na orientação dos investimentos e na garantia da propriedade pública em setores-chave, como energia, transportes, saúde e educação. Estes setores devem ser fundamentalmente reorientados para servir o bem comum e fornecer serviços essenciais a todos, em vez de priorizar o lucro privado.

Isto significa que todos os governos devem:

- **Reduzir radicalmente a desigualdade económica:** Definir metas ambiciosas para uma redução significativa e sustentada da desigualdade entre os indivíduos mais ricos e o resto do mundo. Isto é essencial para enfrentar as alterações climáticas e promover a justiça social. Os governos devem comprometer-se com um objetivo global de redução das desigualdades que diminua drasticamente as disparidades entre o Norte Global e o Sul Global. Tanto a nível global como nacional, o rendimento total do 10% mais rico não deve exceder o rendimento total do 40% mais pobre.
- **Rejeitar a economia neoliberal e revitalizar o planeamento económico:** Rejeitar plenamente as premissas da economia neoliberal e adotar um papel proativo do Estado na orientação da economia rumo à sustentabilidade e à equidade. Isto implica dirigir ativamente a atividade económica, em vez de a deixar exclusivamente às forças do mercado. Os governos devem comprometer-se a revitalizar o planeamento económico, desenvolver estratégias industriais robustas e realizar investimentos públicos estratégicos em investigação, desenvolvimento, infraestruturas e serviços públicos, com especial enfoque em energia renovável e transporte público de baixo carbono. Isto significa rejeitar a ideia de que permitir ou subvencionar atores privados é a única forma de transitar a sociedade da dependência dos combustíveis fósseis. Os governos devem moldar ativamente os mercados para priorizar soluções que sirvam o bem público, garantindo responsabilização e eficácia ao fazer face aos desafios climáticos e da desigualdade.
- **Ir além do crescimento do produto interno bruto (PIB) e priorizar indicadores de bem-estar:** Colocar novas medidas de progresso no centro das políticas públicas, ultrapassando o objetivo insuficiente do crescimento do PIB. Estas novas métricas devem centrar-se na igualdade, no bem-estar humano e na saúde planetária a longo prazo. Devem também refletir a forma como os rendimentos e a riqueza estão distribuídos e contabilizar plenamente o trabalho não remunerado e de cuidados, realizado de forma desproporcionada por mulheres e pessoas marginalizadas. Exemplos destas métricas incluem o Índice da Economia do Bem-Estar e o Índice de Desenvolvimento Sustentável.
- **Conter o consumo insustentável pelos mais ricos:** Os países ricos devem implementar políticas para reduzir drasticamente o consumo

insustentável pelos mais ricos, com foco na suficiência e na equidade. Simultaneamente, devem também fornecer apoio financeiro e técnico substancial para permitir que os países mais pobres sigam caminhos de desenvolvimento de baixo carbono e expandam o acesso a serviços essenciais, como água potável, cuidados de saúde e segurança alimentar para as comunidades mais pobres, capacitando-as a reforçar a resiliência aos impactos das alterações climáticas. Isto implica igualmente eliminar subsídios a empresas privadas, salvo quando estruturados de forma rigorosa para proporcionar benefícios públicos claros, como a promoção de energia renovável ou o acesso equitativo a serviços essenciais, prevenindo o uso indevido de fundos públicos.

- **Reequilibrar as instituições económicas globais**, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Isto é crucial para garantir que os países do Sul Global disponham da autonomia e do espaço de política necessários para construir um futuro mais justo e sustentável para os seus povos, livres de condicionalidades impostas que comprometam as suas prioridades de desenvolvimento.

Notas

- ¹ Cimeira de Líderes do G20 no Brasil. (19 de novembro de 2024). "A COP30 será nossa última chance de evitar uma ruptura irreversível no sistema climático", convoca Lula na última sessão temática da Cúpula de Líderes do G20 Brasil. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://www.gov.br/g20/pt-br/noticias/a-cop30-sera-nossa-ultima-chance-de-evitar-uma-ruptura-irreversivel-no-sistema-climatico-convoca-lula-na-ultima-sessao-tematica-da-cupula-de-lideres-do-g20-brasil>
- ² Organização Meteorológica Mundial (OMM). (10 de janeiro de 2025) *WMO confirms 2024 as warmest year on record, about 1.55°C above pre-industrial levels*. Comunicado de imprensa. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://wmo.int/news/media-centre/wmo-confirms-2024-warmest-year-record-about-155degc-above-pre-industrial-level>
- ³ A. Morrison. (13 de novembro de 2024). *Fossil fuel CO₂ emissions increase again in 2024*. Universidade de Exeter. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://news.exeter.ac.uk/faculty-of-environment-science-and-economy/fossil-fuel-co2-emissions-increase-again-in-2024>
- ⁴ Com base na estimativa de um orçamento de carbono remanescente (RCB) de 50%, correspondente a 130 Gt de CO₂, esse limite seria atingido em pouco mais de dois anos se as emissões globais de CO₂ se mantiverem nos níveis de 2024 (42 Gt CO₂/ano); ver Tabela 1 em P.M. Forster, C. Smith, T. Walsh, W.F. Lamb, R. Lamboll, C. Cassou, M. Hauser, Z. Hausfather, J.-Y. Lee, M.D. Palmer, et al. (2025). 'Indicators of Global Climate Change 2024: Annual Update of Key Indicators of the State of the Climate System and Human Influence.' *Earth System Science Data*, 17(6), 2641–80. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://essd.copernicus.org/articles/17/2641/2025>
- ⁵ As emissões baseadas no consumo de um país incluem as emissões territoriais e as emissões resultantes das importações, excluindo as emissões provenientes das exportações.
- ⁶ *Climate Plunder Methodology Note*, Table 2.
- ⁷ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.5.
- ⁸ *Climate Plunder Methodology Note*, Table 4.
- ⁹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.
- ¹⁰ *Climate Plunder Methodology Note*, Table 4.
- ¹¹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.1.
- ¹² *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.7.
- ¹³ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.8.
- ¹⁴ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.10.
- ¹⁵ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.1.
- ¹⁶ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.2.
- ¹⁷ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.11.
- ¹⁸ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.8.
- ¹⁹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.10.
- ²⁰ Esta investigação baseia-se em trabalhos anteriores da Oxfam sobre as emissões associadas aos investimentos de multimilionários. A. Maitland, M. Lawson, H. Stroot, A. Poidatz, A. Khalfan e N. Dabi. (2022). *Carbon Billionaires: The Investment Emissions of the World's Richest People*. Oxfam. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/carbon-billionaires-the-investment-emissions-of-the-worlds-richest-people-621446>; M. Alestig, N. Dabi, A. Jeurkar, A. Maitland, M. Lawson, D. Horen Greenford, C. Lesk and A. Khalfan. (2024). *Carbon Inequality Kills: Why Curbing the Excessive Emissions of an Elite Few Can Create a Sustainable Planet for All*. Oxfam International. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/carbon-inequality-kills-why-curbing-the-excessive-emissions-of-an-elite-few-can-621656>
- ²¹ Greenhouse Gas Protocol. (2011). 'Category 15: Investments'. Em *Technical Guidance for Calculating Scope 3 Emissions*, 136–52. World Resources Institute e World Business Council for Sustainable Development. Consultado em 8 de julho de 2025 em https://ghgprotocol.org/sites/default/files/standards_supporting/Chapter15.pdf
- ²² Com base em S&P Dow Jones Indices. (s.d.). *S&P Global Trucost Climate Impact Sectors Classification*. Consultado em 15 de junho de 2025. <https://www.spglobal.com/spdji/en/documents/additional-material/trucost-climate-impact-sectors-classification.pdf>

- ²³ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.3.
- ²⁴ Banking on Climate Chaos. (2025). *Fossil Fuel Finance Report 2025*. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://www.bankingonclimatechaos.org>
- ²⁵ A. Poidatz e T. Dauphin. (2021). *Climat: CAC degrés de trop – Le modèle insoutenable des grandes entreprises françaises*. Oxfam France. [Francês]. Consultado em 8 de julho de 2025 em https://www.oxfamfrance.org/app/uploads/2021/03/rapportOXFAM_CACdegresdetrop_VFF.pdf
- ²⁶ M. Leippold, Z. Sautner e T. Yu. (13 de agosto de 2024). *Corporate Climate Lobbying*. Artigo de Investigação No. 24–14 do Swiss Finance Institute, Documento de Trabalho em Finanças No. 960/2024 do European Corporate Governance Institute. Artigo de Investigação do Swiss Finance Institute e European Corporate Governance Institute. Consultado em 8 de julho de 2025 em <https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/4711812.pdf?abstractid=4711812&mirid=1>
- ²⁷ InfluenceMap. (9 de fevereiro de 2023) *Industry lobbying imbalance putting South Africa's climate goals at risk*. Comunicado de imprensa. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://influence-map.org/pressrelease/Industry-Lobbying-Imbalance-Putting-South-Africa-s-Climate-Goals-At-Risk-21162>
- ²⁸ Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). (2023). *Provisional list of registered participants: on-site participants – United Arab Emirates Nov/Dec 2023*. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://unfccc.int/documents/634503>
- ²⁹ P. Dupraz-Dobias. (22 de novembro de 2024). *At COP29, Indigenous communities want a say as disaster fund lifts off*. Geneva Solutions. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://genevasolutions.news/climate-environment/at-cop29-indigenous-communities-want-a-say-as-disaster-fund-lifts-off>
- ³⁰ Conferências das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). (9 de setembro de 2024). *Compensation and damages in investor–state dispute settlement proceedings*. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://investmentpolicy.unctad.org/news/hub/1746/20240909-compensation-and-damages-in-investor-state-dispute-settlement-proceedings>
- ³¹ P. Greenfield e P. Weston. (5 de março de 2025). *Revealed: how Wall Street is making millions betting against green laws*. The Guardian. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://www.theguardian.com/environment/2025/mar/05/revealed-how-wall-street-is-making-millions-betting-against-green-laws-isds-aoe>
- ³² Ibid.
- ³³ M. Kaufman. (n.d.). *The carbon footprint sham*. Mashable. Consultado em 15 de agosto de 2025 <https://mashable.com/feature/carbon-footprint-pr-campaign-sham>
- ³⁴ Union of Concerned Scientists. (2007). *Smoke, Mirrors & Hot Air: How ExxonMobil Uses Big Tobacco's Tactics to Manufacture Uncertainty on Climate Science*. Consultado em 26 de junho de 2025. https://www.ucsusa.org/sites/default/files/2019-09/exxon_report.pdf
- ³⁵ Greenpeace USA. (n.d.). *Koch-funded climate denial front groups*. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://www.greenpeace.org/usa/climate/climate-deniers/front-groups>
- ³⁶ S. O'Donoghue. 12 de julho de 2024). *France's CNews fined for broadcasting climate scepticism unchallenged*. Euronews. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://www.euronews.com/green/2024/07/12/frances-cnews-fined-for-broadcasting-climate-scepticism-unchallenged>
- ³⁷ A. Shah. (10 de dezembro de 2023). *The 'dark money ATM of the right' is funneling money to hate groups while hiding donor identities*. Salon. <https://www.salon.com/2023/12/10/the-dark-money-atm-of-the-right-is-funneling-money-to-hate-groups-while-hiding-donor-identities>
- ³⁸ M. Alestig, N. Dabi, A. Jeurkar, A. Maitland, M. Lawson, D. Horen Greenford, C. Lesk e A. Khalfan. (2024). *Carbon Inequality Kills: Why Curbing the Excessive Emissions of an Elite Few Can Create a Sustainable Planet for All*. Oxfam International. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/carbon-inequality-kills-why-curbing-the-excessive-emissions-of-an-elite-few-can-621656>
- ³⁹ Ibid.
- ⁴⁰ Ibid.
- ⁴¹ (OMM) (2025). *WMO confirms 2024 as warmest year on record*, op. cit.
- ⁴² P. Gutiérrez, T. Ahmedzade, A. Kirk, A. Niranjana e N. de Hoog. (20 de fevereiro de 2025). *Two-thirds of the earth's surface experienced record heat in 2024. See where and by how much – visualised*.

Guardian. <https://www.theguardian.com/environment/ng-interactive/2025/feb/20/two-thirds-of-the-earths-surface-experienced-record-heat-in-2024-see-where-and-by-how-much-visualised>

- ⁴³ A. Morrison. (13 de novembro de 2024). *Fossil fuel CO₂ emissions increase again*, op. cit.
- ⁴⁴ Forster et al. (2025). 'Indicators of Global Climate Change 2024', op. cit., seção 9. Consultado em 8 de julho de 2025 em <https://essd.copernicus.org/articles/17/2641/2025/#section9>
- ⁴⁵ O orçamento de carbono é a quantidade de CO₂ que pode ser adicionada à atmosfera sem que as temperaturas médias globais aumentem, a longo prazo, mais de 1,5 °C.
- ⁴⁶ Climate Council. (16 de outubro de 2019). *Infographic: The difference between 1.5 and 2 degrees warming*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.climatecouncil.org.au/resources/infographic-the-difference-between-1-5-and-2-degrees-warming>
- ⁴⁷ Ibid.
- ⁴⁸ Cimeira de Líderes do G20 no Brasil. (19 de novembro de 2024). "A COP30 será nossa última chance." op. cit.
- ⁴⁹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.1.
- ⁵⁰ A. Guterres. (12 de novembro de 2024) *Secretary-General's remarks to World Leaders Climate Action Summit at COP29*. Secretário-Geral das Nações Unidas. Consultado em 15 de junho de 2025. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/statement/2024-11-12/secretary-generals-remarks-world-leaders-climate-action-summit-cop29-delivered>
- ⁵¹ J. Hickel. (2020). 'Quantifying National Responsibility for Climate Breakdown: An Equality-Based Attribution Approach for Carbon Dioxide Emissions in Excess of the Planetary Boundary.' *The Lancet Planetary Health*, 4(9), e399–e404. Consultado em 8 de julho de 2025. [https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196\(20\)30196-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanplh/article/PIIS2542-5196(20)30196-0/fulltext)
- ⁵² *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.2.
- ⁵³ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.3.
- ⁵⁴ As emissões associadas ao consumo de um país incluem as emissões territoriais e as emissões importadas, excluindo as emissões resultantes das exportações.
- ⁵⁵ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.
- ⁵⁶ *Climate Plunder Methodology Note*, Table 4.
- ⁵⁷ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.1.
- ⁵⁸ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.7.
- ⁵⁹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.8.
- ⁶⁰ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.10.
- ⁶¹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.1.
- ⁶² *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.2.
- ⁶³ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.11.
- ⁶⁴ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.4.
- ⁶⁵ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.5.
- ⁶⁶ *Climate Plunder Methodology Note*, Table 2.
- ⁶⁷ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.1.
- ⁶⁸ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.7.
- ⁶⁹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.7.
- ⁷⁰ *Climate Plunder Methodology Note*, Table 4.
- ⁷¹ *Climate Plunder Methodology Note*, Table 6.
- ⁷² *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.8.
- ⁷³ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.9.

- ⁷⁴ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.10.
- ⁷⁵ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 1.11.
- ⁷⁶ M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills*, op. cit.
- ⁷⁷ Oxfam International. (24 de abril de 2024). *Oxfam reaction to the Global Report on Food Crises 2024*. Comunicado de imprensa. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-global-report-food-crises-2024>
- ⁷⁸ M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills*, op. cit.
- ⁷⁹ Ibid.
- ⁸⁰ Organização Mundial de Saúde (OMS). (2023). *Climate change and health*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>
- ⁸¹ UNICEF. (2025). *Learning Interrupted: Global Snapshot of Climate-Related School Disruptions in 2024*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.unicef.org/media/170626/file/Global-snapshot-climate-related-school-disruptions-2024.pdf>
- ⁸² D. Monteiro Dos Santos, R. Libonati, B.N. Garcia, J.L. Geirinhas, B.B. Salvi, E. Lima e Silva, J.A. Rodrigues, L.F. Peres, A. Russo, R. Gracie, H. Gurgel e R.M. Trigo. (2024). "Twenty-First-Century Demographic and Social Inequalities of Heat-Related Deaths in Brazilian Urban Areas". *PLOS One*, 19(1), e0295766. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0295766>
- ⁸³ A história de Abigail foi investigada em nome da Oxfam pela jornalista Jannet López Ponce, com base em entrevistas à sua família.
- ⁸⁴ S.I. Seneviratne, X. Zhang, M. Adnan, W. Badi, C. Dereczynski, A. Di Luca, S. Ghosh, I. Iskandar, J. Kossin, S. Lewis, et al. (2021). 'Weather and Climate Extreme Events in a Changing Climate'. Em *Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, edited by V. Masson-Delmotte, P. Zhai, A. Pirani, S.L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M.I. Gomis, et al., 1513–1766. Cambridge: Cambridge University Press.
- ⁸⁵ A.J. Garner. (2023). 'Observed Increases in North Atlantic Tropical Cyclone Peak Intensification Rates'. *Scientific Reports*, 13, Art.º 16299. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.nature.com/articles/s41598-023-42669-y>
- ⁸⁶ M. Alestig et al. (2024). *Carbon Inequality Kills*, op. cit.
- ⁸⁷ Ibid.
- ⁸⁸ Doha Debates. (5 de novembro de 2021). *Discurso completo da ativista indígena India Logan-Riley na COP26*. YouTube. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://youtu.be/Qdxa1H4y-hw?feature=shared&t=310>
- ⁸⁹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.1.
- ⁹⁰ D. Carrington. (5 de março de 2025). *Half of the world's CO₂ emissions come from 36 fossil fuel firms, study shows*. Guardian. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.theguardian.com/environment/2025/mar/05/half-of-worlds-co2-emissions-come-from-36-fossil-fuel-firms-study-shows>
- R. Riddell, N. Ahmed, A. Maitland, M. Lawson e A. Taneja.⁹¹ (2024). *Inequality Inc.: How Corporate Power Divides Our World and the Need for a New Era of Public Action*. Oxfam International. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://oi-files-d8-prod.s3.eu-west-2.amazonaws.com/s3fs-public/2024-01/Davos%202024%20Executive%20Summary%20English.pdf>
- ⁹² Greenhouse Gas Protocol. (2011). 'Category 15: Investments', op. cit.
- ⁹³ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.1.
- ⁹⁴ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.2.
- ⁹⁵ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.3.
- ⁹⁶ CDP. (2022). *CDP Technical Note: Relevance of Scope 3 Activities by Sector*. Consultado em 15 de agosto de 2025. https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/guidance_docs/pdfs/000/003/504/original/CDP-technical-note-scope-3-relevance-by-sector.pdf?1649687608

- ⁹⁷ M. Lino, P. Doolan, P. Divgi e R. Mehrotra. (2022). Closing the Public-Private Environmental Transparency Gap. Bain and Company & CDP. <https://www.bain.com/insights/closing-the-public-private-environmental-transparency-gap/>
- ⁹⁸ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.4.
- ⁹⁹ Based on S&P Dow Jones Indices. (n.d.). *S&P Global Trucost Climate Impact Sectors Classification*, op. cit.
- ¹⁰⁰ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.5.
- ¹⁰¹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.2.6.
- ¹⁰² Influence Map. (2025). *Carbon Majors*. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://carbonmajors.org>
- ¹⁰³ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.3.
- ¹⁰⁴ Instituições como o Instituto do Ambiente de Estocolmo (SEI), a Climate Analytics, a E3G, o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) e o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA) têm reiterado este alerta. (2023). *The Production Gap Report 2023: Phasing Down or Phasing Up? Top Fossil Fuel Producers Plan Even More Extraction Despite Climate Promises*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://doi.org/10.51414/sei2023.050>
- ¹⁰⁵ C. McGlade, T. Gould, S. Bennett, T. De Oliveira Bredariol, P. Grimal, J. Hilaire e P. Zeniewski. (2023). *The Oil and Gas Industry in Net Zero Transitions*. Agência Internacional de Energia. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://iea.blob.core.windows.net/assets/a6e9b926-2349-4bee-856e-4997aab5399f/TheOilandGasIndustryinNetZeroTransitions.pdf>
- ¹⁰⁶ Banking on Climate Chaos. (2025). *Fossil Fuel Finance Report 2025*. Consultado em 26 de junho de 2025. <https://www.bankingonclimatechaos.org>
- ¹⁰⁷ Gabinete do Procurador-Geral do Texas. (7 de janeiro de 2025) *Following Attorney General Ken Paxton's urging, all US-based major banks withdraw from anti-oil and gas Net-Zero Banking Alliance*. Comunicado de imprensa. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.oag.state.tx.us/news/releases/following-attorney-general-ken-paxtons-urging-all-us-based-major-banks-withdraw-anti-oil-and-gas-net>
- ¹⁰⁸ A. Poidatz e T. Dauphin. (2021). *Climat: CAC degrés de trop – Le modèle insoutenable des grandes entreprises françaises*. Oxfam France. [Francês]. Consultado em 8 de julho de 2025. https://www.oxfamfrance.org/app/uploads/2021/03/rapportOXFAM_CACdegresdetrop_VFF.pdf
- ¹⁰⁹ Oxfam International. (23 de fevereiro de 2023). *French NGOs take BNP Paribas to court in world's first climate lawsuit against a commercial bank*. Comunicado de imprensa. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/french-ngos-take-bnp-paribas-court-worlds-first-climate-lawsuit-against-commercial>
- ¹¹⁰ R. Riddell et al. (2024). *Inequality Inc.*, op. cit
- ¹¹¹ Conselho da Reserva Federal. (2025). *Distribution of household wealth in the US since 1989: Corporate equities and mutual fund shares*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.federalreserve.gov/releases/z1/dataviz/dfa/distribute/table/#quarter:141;series:Corporate%20equities%20and%20mutual%20fund%20shares;demographic:networth;population:all;units:shares>
- ¹¹² B. Nykvist e A. Maltais. (2022). 'Too Risky – The Role of Finance as a Driver of Sustainability Transitions'. *Environmental Innovation and Societal Transitions*, 42, 219–31. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2210422422000016>
- ¹¹³ A. Slight. (2024). *Right-Sizing Corporate Voice: A Briefing for Business on Responsible Political Engagement*. Oxfam International. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621613/bp-right-sizing-corporate-voice-300724-en.pdf?sequence=7>
- ¹¹⁴ M. Leippold et al. (13 de agosto de 2024). *Corporate Climate Lobbying*, op. cit.
- ¹¹⁵ Ibid.
- ¹¹⁶ InfluenceMap. (Maio de 2024). *The European meat and dairy sector's climate policy engagement: How the meat and dairy industry is influencing the EU's agenda to reduce the climate footprint of diets and livestock*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://influencemap.org/report/The->

- ¹¹⁷ M. Gao e J. Huang. (2024). *Corporate Capture of Congress in Carbon Politics: Evidence from Roll Call Votes*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://ssrn.com/abstract=4130415>
- ¹¹⁸ InfluenceMap. (9 de fevereiro de 2023) *Industry lobbying imbalance*, op. cit.
- ¹¹⁹ Global Witness. (15 de novembro de 2024). *Fossil fuel lobbyists eclipse delegations from most climate-vulnerable nations at COP29 climate talks*. Comunicado de imprensa. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://globalwitness.org/en/press-releases/fossil-fuel-lobbyists-eclipse-delegations-from-most-climate-vulnerable-nations-at-cop29-climate-talks>
- ¹²⁰ J. Watts. (2023). *One in four billionaire Cop28 delegates made fortunes from polluting industries*. Guardian. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.theguardian.com/environment/2023/dec/12/one-in-four-billionaire-cop28-delegates-made-fortunes-from-polluting-industries>
- ¹²¹ D. Bertarelli. (2023). *Reflections on COP28: A different path to ocean advocacy*. LinkedIn. Consultado em 8 de julho de 2025. https://www.linkedin.com/posts/donabertarelli_cop28-cop28uae-cop-activity-7137862232675135488-qDD8
- ¹²² Equals. (14 de dezembro de 2023). *Exclusive investigation: billionaires turned up to COP28 in force*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.equals.ink/p/exclusive-investigation-billionaires>
- ¹²³ P. Dupraz-Dobias. (22 de novembro de 2024). *At COP29, Indigenous communities want a say*, op. cit.
- ¹²⁴ UNFCCC. (2023). *Lists of Participants*, op. cit.
- ¹²⁵ CARE International UK. (12 de novembro de 2024). *COP29: only 8 out of 78 world leaders attending are women*. Comunicado de imprensa. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.careinternational.org.uk/press-office/press-releases/cop29-only-8-out-of-78-world-leaders-attending-are-women>
- ¹²⁶ British Group Inter-Parliamentary Union (BGIPU). (11 de março de 2025). *Political leadership roles in 2025: men continue to dominate*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.bgipu.org/activity-reports/political-leadership-roles-in-2025-men-continue-to-dominate>
- ¹²⁷ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.4.
- ¹²⁸ UNFCCC. (2022). *Statistics on participation and in-session engagement*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://unfccc.int/process-and-meetings/parties-non-party-stakeholders/non-party-stakeholders/statistics-on-non-party-stakeholders/statistics-on-participation-and-in-session-engagement>
- ¹²⁹ *Climate Plunder Methodology Note*, Stat 2.4.
- ¹³⁰ UNFCCC. (2022). *Statistics on participation and in-session engagement*, op. cit.
- ¹³¹ W. M. Lixo, J. Romeijn e A. Rasmussen. (2020). 'Is this a Men's World? On the Need to Study Descriptive Representation of Women in Lobbying and Policy Advocacy'. *Journal of European Public Policy*, 28(6), 943–57. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://doi.org/10.1080/13501763.2020.1767179>
- ¹³² S. Malo. (30 de maio de 2019). *UN reform needed to stop corporates fighting climate rules: Nobel laureate Stiglitz*. Reuters. <https://www.reuters.com/article/world/un-reform-needed-to-stop-corporates-fighting-climate-rules-nobel-laureate-stiglitz-idUSKCN1SZ04X>
- ¹³³ UNCTAD. (9 de setembro de 2024). *Compensation and damages*, op. cit.
- ¹³⁴ P. Greenfield e P. Weston. (5 de março de 2025). *Revealed: how Wall Street is making millions*, op. cit.
- ¹³⁵ Ibid.
- ¹³⁶ Ibid.
- ¹³⁷ Ibid.; Business Wire. (17 de setembro de 2024). *Odyssey Marine Exploration reports win in NAFTA arbitration case*. Consultado em 8 de julho de 2025.

<https://www.businesswire.com/news/home/20240917082379/en/Odyssey-Marine-Exploration-Reports-Win-in-NAFTA-Arbitration-Case>

- ¹³⁸ F. Teixeira. (2025). *Petrobras gets a win in Amazon drilling push but future licensing in doubt*. Reuters. Consultado em 8 de julho de 2025 em <https://www.reuters.com/sustainability/petrobras-gets-win-amazon-drilling-push-future-licensing-doubt-2025-05-20>
- ¹³⁹ P. Greenfield e P. Weston. (5 de março de 2025). *Fearing toxic waste, Greenland ended uranium mining. Now, they could be forced to restart – or pay \$11bn*. Guardian. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.theguardian.com/environment/2025/mar/05/greenland-mining-energy-transition-minerals-environmental-laws-uranium-rare-earth-toxic-waste-investor-state-dispute-settlement-isds-aoe>
- ¹⁴⁰ Greenpeace Internacional (28 de março de 2024) *Breaking: major victory for freedom of speech in TotalEnergies case against Greenpeace France*. Comunicado de imprensa. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66110/breaking-major-victory-for-freedom-of-speech-in-totalenergies-case-against-greenpeace-france>
- ¹⁴¹ M. Kaufman. (n.d.). *The carbon footprint sham*, op. cit.
- ¹⁴² Union of Concerned Scientists. (2007). *Smoke, Mirrors & Hot Air*, op. cit.
- ¹⁴³ Greenpeace USA. (n.d.). *Koch Industries: secretly funding the climate denial machine*. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://www.greenpeace.org/usa/climate/climate-deniers/koch-industries>
- ¹⁴⁴ A. Bychawski. (4 de maio de 2022). *Exclusive: influential UK net-zero sceptics funded by US oil 'dark money'*. openDemocracy. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.opendemocracy.net/en/dark-money-investigations/global-warming-policy-foundation-net-zero-watch-koch-brothers>
- ¹⁴⁵ P. Stone. (5 de setembro de 2023). *Texas fracking billionaire brothers fuel rightwing media with millions of dollars*. Guardian. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.theguardian.com/us-news/2023/sep/05/texas-fracking-billionaire-brothers-prageru-daily-wire>
- ¹⁴⁶ C. Guillou. (21 de julho de 2024). *A French billionaire's plan to 'enable victory' for the far right*. Le Monde. Consultado em 8 de julho de 2025. https://www.lemonde.fr/en/france/article/2024/07/21/a-french-billionaire-s-plan-to-enable-victory-for-the-far-right_6692554_7.html
- ¹⁴⁷ T. Bourgeron. (8 de julho de 2024). *France's far-right has rich backers, and for good reason*. Jacobin. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://blogs.mediapart.fr/jacobin/blog/080724/france-s-far-right-has-rich-backers-and-good-reason>
- ¹⁴⁸ S. O'Donoghue. (12 de julho de 2024). *France's CNews fined*, op. cit.
- ¹⁴⁹ S. Bright. (30 de maio de 2024). *GB News gives dozens of appearances to UK's main climate denial group*. DeSmog. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.desmog.com/2024/05/30/gb-news-gives-dozens-appearances-to-uk-main-climate-denial-group-global-warming-policy-foundation>
- ¹⁵⁰ S. Bright e J. Grostern. (30 de outubro de 2023). *GB News owner's hedge fund has \$2.2 billion fossil fuel investments*. DeSmog. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.desmog.com/2023/10/30/gb-news-owner-hedge-fund-paul-marshall-wace-fossil-fuel-investments>
- ¹⁵¹ G. Girardi, C. Amorim, Á. Justen e R. Oliveira. (25 de outubro de 2023). *Brazil: the climate change disinformation business*. Latin America Bureau. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://lab.org.uk/brazil-the-climate-change-disinformation-business>
- ¹⁵² S. Connor. (24 de janeiro de 2013) *Exclusive: billionaires secretly fund attacks on climate science*. O Independent. <https://www.independent.co.uk/climate-change/news/exclusive-billionaires-secretly-fund-attacks-on-climate-science-8466312.html>
- ¹⁵³ A. Shah. (10 de dezembro de 2023). *The 'dark money ATM of the right'*, op. cit.
- ¹⁵⁴ ONU Mulheres. (6 de março de 2025). *One in four countries report backlash on women's rights in*

2024. Comunicado de imprensa. Consultado em 8 de julho de 2025.
<https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-release/2025/03/one-in-four-countries-report-backlash-on-womens-rights-in-2024>

¹⁵⁵ Ver, por exemplo: Ministério da Administração Interna do RU. (outubro de 2024). Estatísticas oficiais: Crimes de ódio, Inglaterra e País de Gales, ano encerrado em março de 2024. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://www.gov.uk/government/statistics/hate-crime-england-and-wales-year-ending-march-2024/hate-crime-england-and-wales-year-ending-march-2024>; Aljazeera. (11 de março de 2025). *Anti-Muslim hate hits new high in US: advocacy group*. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://www.aljazeera.com/news/2025/3/11/anti-muslim-hate-hits-new-high-in-us-advocacy-group>; France24. (20 de março de 2024). *Os crimes de ódio em França dispararam na sequência da guerra em Gaza, revela um relatório governamental*. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://www.france24.com/en/europe/20240320-french-hate-crimes-surged-after-outbreak-of-gaza-war-government-report-shows>

¹⁵⁶ D. Luneau. (23 de setembro de 2023). *New FBI data: anti-LGBTQ+ hate crimes continue to spike*. Comunicado de imprensa. Campanha de direitos humanos. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.hrc.org/press-releases/new-fbi-data-anti-lgbtq-hate-crimes-continue-to-spike-even-as-overall-crime-rate-declines>; Stonewall. (5 de outubro de 2023). *New data: rise in hate crime against LGBTQ+ people continues, Stonewall slams UK gov 'inaction'*. Consultado em 8 de julho de 2025.

<https://www.stonewall.org.uk/news/new-data-rise-hate-crime-against-lgbtq-people-continues-stonewall-slams-uk-gov->; L. Guillot e G. Coi. (15 de maio de 2024). *Violence against LGBTQ+ people on the rise in Europe, report says*. Politico. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.politico.eu/article/violence-lgbtq-rights-rise-europe-report>

¹⁵⁷ A. Alemanno. (30 de julho de 2024). *Time to regulate 'lobbied emissions'*. The Good Lobby. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.thegoodlobby.eu/time-to-regulate-lobbied-emissions-2>

¹⁵⁸ E. Pattee. (12 de outubro de 2021). *Forget your carbon footprint. Let's talk about your climate shadow*. Mic. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.mic.com/impact/forget-your-carbon-footprint-lets-talk-about-your-climate-shadow>

¹⁵⁹ Nações Unidas. (22 de setembro de 2022). *Barbados – A Primeira-Ministra intervém no debate geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, 77.ª sessão*. YouTube. Consultado em 15 de agosto de 2025. https://www.youtube.com/watch?v=y4IUZK1YJNo&ab_channel=UnitedNations

¹⁶⁰ A. Khalfan, A. Nilsson Lewis, C. Aguilar, M. Lawson, S. Jayoussi, J. Persson, N. Dabi e S. Acharya. (2023). *Climate Equality: A Planet for the 99%*. Oxfam International. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://policy-practice.oxfam.org/resources/climate-equality-a-planet-for-the-99-621551>

¹⁶¹ PNUD. (31 de julho de 2024). *Indigenous knowledge is crucial in the fight against climate change – here's why*. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://climatepromise.undp.org/news-and-stories/indigenous-knowledge-crucial-fight-against-climate-change-heres-why>

¹⁶² A. Khalfan et al. (2023). *Climate Equality: A Planet for the 99%*, op. cit.

¹⁶³ K. Pickett e R. Wilkinson. (2010). *The Spirit Level*. Penguin Books; S. Bienstman (2023); *Does Inequality Erode Political Trust?* Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpos.2023.1197317/full>; A. Khalfan et al. (2023). *Climate Equality: A Planet for the 99%*, op. cit.

¹⁶⁴ J. Hasell, B. Rohenkohl, P. Arriagada, E. Ortiz-Ospina e M. Roser. (n.d.). *Poverty*. Our World in Data. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://ourworldindata.org/poverty>

¹⁶⁵ UNFCCC. (1992). *United Nations Framework Convention on Climate Change*. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf> Especificamente, o Artigo 3.º (Princípios) e o Artigo 4.º (Compromissos), que estabelecem, respetivamente, os princípios de responsabilidades comuns mas diferenciadas e respetivas capacidades e a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável; Nações Unidas. (2015). *Paris Agreement*. Consultado em 15 de agosto de 2025. https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf

O Artigo 2.º, parágrafo 1(a), refere-se a “manter o aumento da temperatura média global bem abaixo de 2°C acima dos níveis pré-industriais e prosseguir esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, reconhecendo que isso reduziria significativamente os riscos e impactos das alterações climáticas”. O Artigo 2.º, n.º 2,

estabelece que será implementado de forma a refletir a equidade e o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas e respetivas capacidades (CBDR-RC).

¹⁶⁶ J. Hickel. (2020). 'Quantifying National Responsibility for Climate Breakdown', op. cit.

¹⁶⁷ Civil Society Equity Review. <https://www.equityreview.org>. Consultado em 8 de julho de 2025.

¹⁶⁸ Oxfam International. (10 de janeiro de 2025) *Richest 1% burn through their entire annual carbon limit in just 10 days*. Comunicado de imprensa. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://www.oxfam.org/en/press-releases/richest-1-burn-through-their-entire-annual-carbon-limit-just-10-days>; T. Gore. (2021). *Carbon Inequality in 2030: Per Capita Consumption Emissions and the 1.5°C Goal*. Oxfam. Consultado em 15 de agosto de 2025. <https://oxfamlibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621305/bn-carbon-inequality-2030-051121-en.pdf>

¹⁶⁹ E. Seery e D. Jacobs. (11 de abril de 2023). *False Economy: Financial wizardry Won't Pay the Bill for a Fair and Sustainable Future*. Oxfam. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://www.oxfam.org/en/research/false-economy-financial-wizardry-wont-pay-bill-fair-and-sustainable-future>

¹⁷⁰ A. Khalfan et al. (2023). *Climate Equality: A Planet for the 99%*, op. cit.

¹⁷¹ V. Clement, K.K. Rigaud, A. de Sherbinin, B. Jones, S. Adamo, J. Schewe, N. Sadiq e E. Shababhat. (2021). *Groundswell Part 2: Acting on Internal Climate Migration*. Banco Mundial. Consultado em 8 de julho de 2025. <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/2c9150df-52c3-58ed-9075-d78ea56c3267>

¹⁷² Organização Internacional do Trabalho (2024). *World Social Protection Report 2024–2026: Universal Social Protection for Climate Action and a Just Transition: Chapter 2. From Climate Crisis to a Just Transition: The Role of Social Protection*. Consultado em 8 de julho de 2025. https://webapps.ilo.org/static/english/reports/flagship/world_social_protection_report_2024-26/Chapter%2002.html

¹⁷³ K. MacDonald e H.A. Patrinos. (22 de maio de 2024). *Investment in education quality is needed to enable green technological innovation and adoption*. Blogues do Banco Mundial. Consultado em 14 de agosto de 2025. <https://blogs.worldbank.org/en/developmenttalk/investment-education-quality-needed-enable-green-technological-innovation-and>; UNESCO. (n.d.). *UNESCO at COP28: making education a long-term solution to the climate crisis*. Consultado em 14 de agosto de 2025. <https://www.unesco.org/en/articles/unesco-cop28-making-education-long-term-solution-climate-crisis>

¹⁷⁴ A. Khalfan et al. (2023). *Climate Equality: A Planet for the 99%*, op. cit.

Sobre a Oxfam

A Oxfam é um movimento global de pessoas que lutam contra a desigualdade

para pôr fim à pobreza e à injustiça. Trabalhamos em mais de 70 países, em diversas regiões, com milhares de parceiros e aliados, apoiando comunidades a construir vidas melhores, a fortalecer a sua resiliência e a proteger vidas e meios de subsistência, mesmo em tempos de crise. Para obter mais informações, entre em contacto com as agências ou visite www.oxfam.org.

Oxfam América (www.oxfamamerica.org)

Oxfam Aotearoa (www.oxfam.org.nz)

Oxfam Austrália (www.oxfam.org.au)

Oxfam-i(Bélgica) n-Belgium (www.oxfamsol.be)

Oxfam Brasil (www.oxfam.org.br)

Oxfam Canadá (www.oxfam.ca)

Oxfam Colômbia (www.oxfamcolombia.org)

Oxfam França (www.oxfamfrance.org)

Oxfam Alemanha (www.oxfam.de)

Oxfam GB (www.oxfam.org.uk)

Oxfam Hong Kong (www.oxfam.org.hk)

Oxfam Dinamarca (www.oxfam.dk)

Oxfam Índia (www.oxfamindia.org)

Oxfam Intermón (Espanha) (www.oxfamintermon.org)

Oxfam Irlanda (www.oxfamireland.org)

Oxfam Itália (www.oxfamitalia.org)

Oxfam México (www.oxfammexico.org)

Oxfam Novib (Holanda) (www.oxfamnovib.nl)

Oxfam Québec (www.oxfam.qc.ca)

Oxfam África do Sul (www.oxfam.org.za)

Oxfam KEDV (www.kedv.org.tr)

Oxfam Filipinas (www.oxfam.org.ph)